

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE INFIAS

PROJETO EDUCATIVO



Encorajar o voo...

2017/2020

Vizela

Aprovado em Conselho Pedagógico a

06/07/2017

A Presidente do Conselho Pedagógico,

Aprovado em Conselho Geral a

12/07/2017

A Presidente do Conselho Geral,

Alterado em Conselho Pedagógico a

19/11/2019

A Presidente do Conselho Pedagógico,

Alterações aprovadas em Conselho Geral a

19/11/2019

A Presidente do Conselho Geral,

O presente documento constitui-se referência da ação educativa a desenvolver por todos os elementos da comunidade escolar. Resulta do contributo de todos, tendo a sua elaboração estado ao cuidado de uma equipa multidisciplinar, eleita em conselho pedagógico, a qual relacionou experiências, conhecimentos e saberes, que conduziram à sua concretização.

A Diretora do Agrupamento de Escolas de Infias, Vizela

(Rosa Maria Almeida de Freitas Carvalho)

SIGLAS USADAS

- AEIV** – Agrupamento de Escolas de Infias, Vizela
- AERN** – Anuário Estatístico da Região Norte
- CAA** – Centro de Apoio à Aprendizagem
- CAOP** – Carta Administrativa Oficial Portuguesa
- CPCJ** – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
- EMAEI** – Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva
- IEFP** – Instituto de Emprego e Formação Profissional
- INE** – Instituto Nacional de Estatística
- GMC** – Gabinete de Mediação e Convivência
- PAT** – Plano de Ação Tutorial
- PEA** – Projeto Educativo de Agrupamento
- RI** – Regulamento Interno
- SPO** – Serviços de Psicologia e Orientação

Em todas as épocas da história a hora que se apresentou atual foi de indecisão e de escolha; em todas elas, para que alguma obra surgisse, foi necessário um projeto; o projeto parte do presente, só pode existir mesmo no presente, mas é uma condição de futuro; simplesmente, para que ele se realize, para que depois nele se baseiem outras organizações de ideias, é necessário um ato de vontade.

Agostinho da Silva¹

O projeto educativo do agrupamento (PEA), enquanto instrumento orientador daquilo que ao agrupamento respeita, ao nível da sua planificação estratégica, das suas opções de ação e intervenção, do seu quadro de gestão e organização, ao contexto da sua planificação educativa e formativa, consolida-se como um dos principais vetores de afirmação identitária bem como de autonomia² construtiva.

Segundo o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 7 de janeiro, na sua redação atual, o PEA é entendido como *“O documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou da escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa.”* Nele se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias e os recursos, segundo os quais o agrupamento se propõe cumprir a sua função educativa. Também, reflete a realidade concreta das escolas que o compõem, as características do meio em que se insere e da sua população, devendo ir ao encontro dos seus anseios e necessidades.

Para tal, o PEA compromete e vincula a comunidade educativa numa finalidade comum, partilhando processos e obtendo um todo em que cada um se reconhece.

Assim, pretende-se com este PEA a construção de uma Escola Inclusiva que promova a autonomia dos alunos, valorize as suas necessidades, interesses e expectativas e

¹ <http://www.citador.pt> (22-10-2013)

² Faculdade reconhecida aos agrupamentos de escolas pela Administração Educativa, de tomar decisões em vários domínios fulcrais, desde a organização pedagógica à gestão administrativa, passando pela organização curricular e pela gestão dos recursos humanos.

desperte a curiosidade para o saber e o saber-fazer, que defenda a diferenciação pedagógica e valorize os métodos ativos e as aprendizagens significativas, ou seja, uma Escola que valorize o aluno nas suas diversas dimensões.

O PEA em vigor até ao momento, apesar de superado o seu ciclo temporal, não esgotou as suas potencialidades. É com base nesse pressuposto que se produz o projeto educativo para o triénio 2017-2020, dando voz aos anseios manifestados por diferentes intervenientes da comunidade escolar e educativa, bem como a continuidade de oportunidades, pontos Fortes e áreas a melhorar que denotam um grau de pertinência elevado.

Em função do exposto no parágrafo anterior, este PEA assume não romper com o anteriormente traçado, mas toma como referência a continuação do lema “Investir no presente para tecer um melhor futuro”, tendo em conta que se procura uma organização escolar mais eficaz, com maior qualidade e rigor, conseguida pela prestação de contas e pelo diálogo com a comunidade envolvente, em paralelo com os dispositivos de avaliação empreendidos pelo agrupamento, tendo sempre presente que a construção de um “melhor agrupamento” implica exigências sociais e políticas que os diversos agentes têm de assumir na transformação das suas práticas.

Nesse sentido, **A MISSÃO** do agrupamento tem subjacente uma visão clara do que se pretende para o agrupamento:

-  Promover uma educação focada nos valores de cidadania de forma a conduzir a cidadãos responsáveis, com capacidade crítica e reflexiva, capazes de assumir, na sua liberdade individual, o respeito pelos outros;
-  Criar um clima de escola baseado num ambiente de humanismo e responsabilidade, pautada por padrões de exigência, promotores de qualidade, felicidade e bem-estar aos alunos;
-  Promover uma Escola Inclusiva, uma escola de todos e para todos, condições que permitam, aos alunos, o prosseguimento de estudos e a inclusão social e laboral;
-  Dotar os alunos de competências e conhecimentos que lhes permitam explorar capacidades, tornando-os cidadãos autónomos;
-  Promover ações que conduzam ao sucesso escolar e pessoal;
-  Combater o abandono escolar.

No cumprimento da missão de formar verdadeiros cidadãos para a sociedade e para que os nossos alunos aprendam a voar e partam sempre em busca de uma vida feliz está o fomento do sentido de pertença e de identidade ao agrupamento e **A VISÃO** estratégica para o agrupamento:

-  Contribuir para impulsionar um modelo pedagógico ajustado às necessidades e interesses e expectativas dos alunos e das famílias;
-  Mobilizar os agentes educativos para o sucesso escolar;
-  Procurar a melhoria tendo em vista a qualidade do ensino, o sucesso educativo e o exercício da cidadania;
-  Assumir o agrupamento de escolas de Infias, Vizela como uma organização de referência nas relações com os alunos e com a comunidade;
-  Responder, na valorização da escola e da sua cultura, às exigências da sociedade e dessa forma preparar e qualificar os alunos para a vida ativa.

“Dentro de nós há uma coisa que não tem nome, essa coisa é o que somos.”
José Saramago

O AGRUPAMENTO

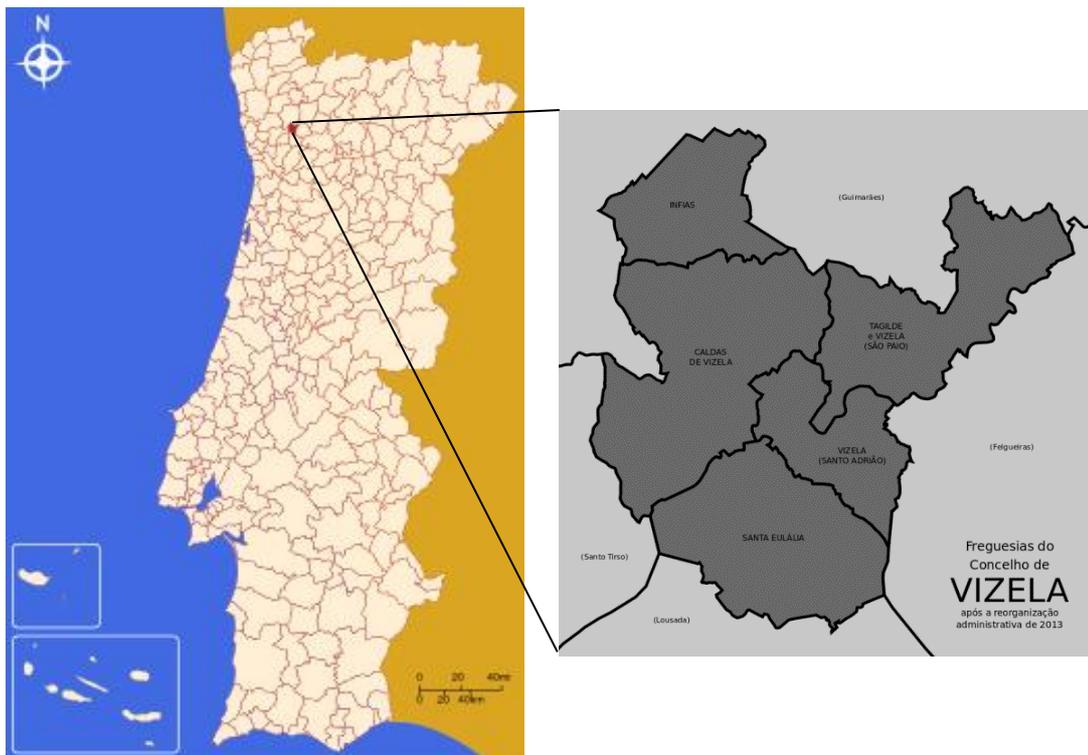
1. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO

1.1. Localização e caracterização demográfica

O Agrupamento de Escolas de Infias, Vizela localiza-se no Concelho de Vizela, Distrito de Braga, na região Norte e integra a NUT III Ave – Unidade Territorial do Vale do Ave – definida pelo Decreto-Lei n.º 68/2008, de 14 de abril. Encontra-se na convergência do Minho com o Douro Litoral e tem como limites a Norte, o concelho de Guimarães, a Sudoeste, o de Santo Tirso, a Sul, o de Lousada e a Este, o de Felgueiras.

O Concelho de Vizela, criado pela Lei n.º 63/98, de 1 de setembro, possui uma área de 24,7 km².

Mapa 1 – Localização do concelho de Vizela e respetivas freguesias



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Vizela>

De acordo com os dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística (INE) – Recenseamentos Gerais da População, em 2011, residiam no concelho 23736 habitantes, divididos administrativamente pelas cinco freguesias – Santa Eulália, Infias, Vizela (Santo Adrião), Caldas de Vizela (São Miguel e São João) e União das Freguesias de Tagilde e Vizela (São Paio). Constata-se, assim, que desde 2001 o número de residentes no concelho terá aumentado 1141 habitantes. A sede do concelho é constituída pela freguesia de Caldas de Vizela (S. Miguel e S. João), com 10633 habitantes.

Gráfico 1 – Residentes no concelho de Vizela, em 2011

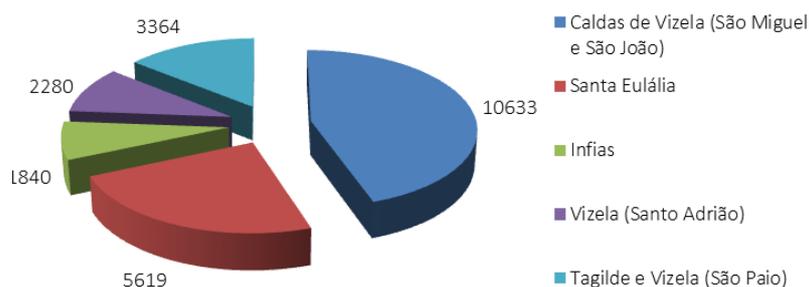


Tabela 1 – População residente em Vizela, segundo os grupos etários e sua evolução entre 2001 e 2011

Grupo etário	2001	2011
0-14 anos	4857	3978
15-24 anos	3598	3258
25-64 anos	12195	13779
= ou > 65 anos	1945	2721

De acordo com os Censos 2011³, destaca-se o facto de o número de crianças entre os 0 e os 14 anos continuar a perder representatividade, havendo 3978 efetivos, assim como o grupo etário dos 15 aos 24 anos, com 3258, embora nesta faixa etária essa perda seja menos acentuada. Tal facto, justificado pela diminuição da taxa de natalidade, teve e continuará a ter consequências no futuro, espelhando-se na redução da população estudantil das escolas, nomeadamente no Agrupamento de Escolas de Infias, Vizela.

O concelho de Vizela está sediado numa cidade recente e pequena, dependente, portanto, das contingências daí inerentes. É um meio agradável onde todos se conhecem e o relacionamento acontece facilmente. No quotidiano é frequente e fácil constatar-se esta realidade onde operários, empresários e comerciantes convivem e frequentam os mesmos locais.

1.2. Contexto socioeconómico

A estrutura produtiva do concelho é predominada pelos setores secundário e terciário, como pode ver-se no quadro seguinte:

Tabela 2 – Distribuição dos trabalhadores por conta de outrem por setor de atividade (concelho de Vizela)

Setor de atividade	Trabalhador por conta de outrem (H/M)	
Primário	12	0,2%
Secundário	3 986	73,9%
Terciário	1 417	25,9%
Total	5 415	100,0%

Fonte: INE/AERN, 2011

³ http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros

Verifica-se que a larga maioria da população desenvolve atividade profissional no setor secundário, destacando-se no concelho as microempresas. Tal facto continua a evidenciar a fragilidade da estrutura produtiva.

Atualmente, as pessoas deparam-se, cada vez mais, com inúmeras dificuldades económicas; segundo o Anuário Estatístico da Região Norte, de 2011, o ganho médio salarial do concelho ficava abaixo da média nacional e da média do Ave, facto que é sentido e se repercute na qualidade de vida das famílias e dos discentes do nosso agrupamento e, conseqüentemente, nas carências que demonstram.

Interessante é salientar que a mesma fonte refere que, no concelho, os salários variam de acordo com o nível de qualificações e que o ganho médio mensal é tanto maior quanto mais elevada é a qualificação escolar. Este é um “handicap” social do concelho, com influência na vida escolar dos alunos do nosso agrupamento. Deste ponto de vista, o Plano de Desenvolvimento Social 2010-2015 diagnosticou três eixos estratégicos e estabeleceu como eixo prioritário (Eixo 1) a empregabilidade e qualificação escolar e profissional da população.

É preocupante o elevado número de desempregados, que tem aumentado significativamente nos últimos anos, devido à crescente crise no setor empresarial que está a provocar grande instabilidade económica e emocional nas famílias que se reflete em desequilíbrios e graves problemas nas crianças e adolescentes, dificultando a missão da escola na busca do melhor aproveitamento escolar, obrigando-a a efetuar um esforço titânico, para responder a situações bastante diversificadas e que condicionam o seu normal funcionamento.

Todavia, as famílias vão tentando superar situações de afogo económico que vão surgindo, recorrendo ao cultivo de pequenas hortas e a alguns trabalhos complementares fora do horário laboral. Nestes últimos anos, tornou-se precioso o contributo monetário por parte de familiares, nomeadamente dos progenitores, já que são estes que, muitas vezes, ajudam os filhos face às crescentes despesas que desequilibram os orçamentos familiares. O querer e a capacidade lutadora são uma imagem que caracteriza os vizelenses, traduzindo-se na delineação de objetivos e concretização dos mesmos, o que para a esmagadora maioria da população implica um grandioso esforço.

Tendo por referência os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), relativos ao mês de maio de 2017, a taxa de desemprego estimada, no concelho, situava-se nos 8,27% (afetando mais as mulheres (55,2%) do que os homens (44,8%)), sendo a característica mais marcante da população desempregada as baixas qualificações escolares. Assim, os dados revelam o seguinte: 4,8% de indivíduos não possuem nenhum nível de escolaridade completo; 36,7% possui, apenas, o 1.º ciclo do ensino básico; 10,9% possui o 2.º ciclo do ensino básico; 16,8% possui o 3º ciclo do ensino básico; 18,3% possui o ensino secundário e 12,5% possui o ensino superior.

Tabela 3 – Taxa de desemprego em Vizela, comparação entre os anos de 2011 e 2016

2011	2016
14,19	8,27

Fonte: https://www.rtp.pt/noticias/pais/taxa-de-desemprego-2011-2016_i977219

Assim sendo, a aposta na qualificação escolar e profissional da população em geral e dos mais novos em particular continua a ser uma prioridade absoluta. Refletindo obrigatoriamente os tempos difíceis que se vivem na comunidade envolvente, o Agrupamento

de Escolas de Infias, Vizela terá certamente um papel essencial a desempenhar nessa missão comum de ultrapassar os tempos conturbados que se vivem e augurar um futuro mais promissor.

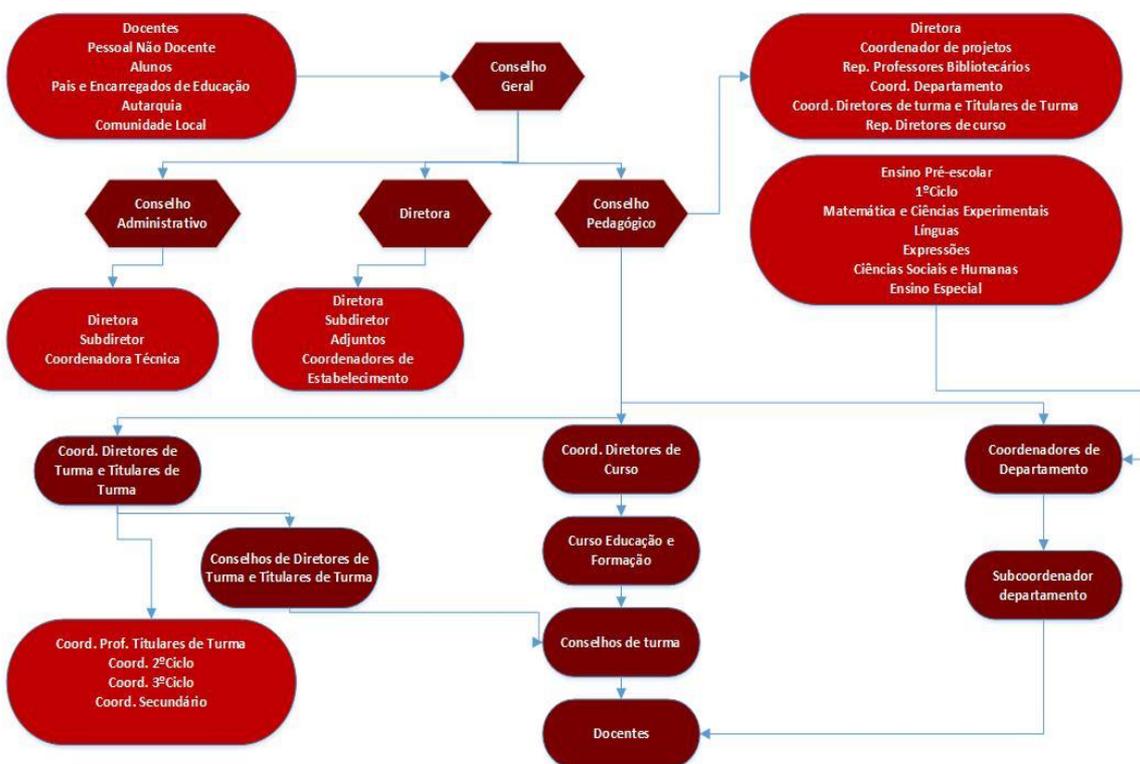
2. NOTAS DE IDENTIDADE DO AGRUPAMENTO

2.1. Unidades orgânicas

Homologado em três de maio de 2006, por despacho do Diretor Regional Adjunto de Educação do Norte, o Agrupamento de Escolas de Infias, Vizela (código 100377), integra uma comunidade educativa que abrange a Educação Pré-Escolar, os 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e o Ensino Secundário. Deste agrupamento fazem parte os seguintes estabelecimentos:

- 🏫 Escola Básica e Secundária de Infias, Vizela (Escola Sede);
- 🏫 Escola Básica de S. Miguel;
- 🏫 Escola Básica de Tagilde;
- 🏫 Escola Básica de Vizela (S. Paio);
- 🏫 Escola Básica de Infias.

2.2. Organograma – estrutura organizacional



2.3. Recursos Educativos

2.3.1. Bibliotecas

As bibliotecas das escolas básicas de Tagilde, de Vizela (São Paio), São Miguel e da escola básica e secundária de Infias, Vizela fazem parte da Rede de Bibliotecas Escolares e constituem um foco central na aquisição de competências a vários níveis. Contribuem para a aprendizagem e domínio da leitura, qualquer que seja o seu suporte e para a promoção de estratégias e atividades de aproximação ao currículo, que em muito vêm facilitando a aquisição de conhecimentos e a formação global dos alunos nas múltiplas literacias – digital, mediática, tecnológica e da informação. Só o domínio destas permitirá uma aprendizagem contínua e o desenvolvimento de uma consciência crítica, fatores essenciais de sucesso num mundo em acelerada mudança.

3. OPÇÕES ESTRUTURANTES DE NATUREZA CURRICULAR (de acordo com n.º 5 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho)

A assunção do insucesso nas aprendizagens e a retenção escolar justifica e exige que o agrupamento se alie aos princípios lançados pela política educativa do XXI Governo Constitucional, nomeadamente na promoção de um ensino de qualidade para todos. Assim, assumiu-se o compromisso da implementação do programa nacional para a inovação na aprendizagem (PPIP – projeto-piloto de inovação pedagógica) de forma a promover iniciativas mobilizadoras que atendam a uma reorganização pedagógica com base na gestão flexível do currículo. O PPIP ocorreu no ano letivo 2017-2018, nas turmas do 5.º ano e pressupôs a sua generalização nos anos subsequentes.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, começou a generalizar-se a flexibilidade e a autonomia curricular.

3.1. Prioridades e opções curriculares estruturantes

O agrupamento investe em prioridades e opções curriculares estruturantes no desenvolvimento do planeamento curricular, de acordo com o estabelecido no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho. Estas visam:

- a) A valorização das artes, das ciências, do desporto, das humanidades, das tecnologias de informação e comunicação, e do trabalho prático e experimental, bem como a integração das componentes de natureza regional e da comunidade local.
 - Criação da disciplina de Complemento à Educação Artística (5.º ano – Dança, 6.º ano – Teatro, 7.º ano – Música, 8.º ano – Desenho, 9.º ano – a definir);
 - Oferta do Curso científico-humanístico de Artes Visuais;
 - Plano Nacional de Cinema;
 - Projeto ciências/experiências na educação pré-escolar;
 - Projeto Pequenos Artistas na educação pré-escolar;
 - Projeto Rimas e Tabuadas;
 - Quem Sabe Arrisca;
 - FQ à tarde;
 - Clube Cientistas em Ação;
 - Olimpíadas (Biologia, Matemática e Geografia);
 - Campeonatos de Jogos Matemáticos;
 - Horta Pedagógica;
 - Desporto Escolar;
 - Oferta Complementar no 1.º CEB “Encorajar o voo”, integrando componentes da comunidade regional e local;
 - Clube “Abrir Horizontes”;
 - 10 minutos a ler;
 - Poesia-me;
 - Campeonatos de ortografia;

- Projeto “Vem ler-me uma história”;
 - Projeto “Gostamos de Livros”;
 - Faz-te ao Livro;
 - Plataforma digital Hypatiamat;
 - Plano Tecnológico da Educação;
 - Rádio Escola.
- b) A aquisição e desenvolvimento de competências de pesquisa, avaliação, reflexão, mobilização crítica e autónoma de informação, com vista à resolução de problemas e ao reforço da autoestima dos alunos;
- Metodologias de Referência – Atitude positiva;
 - Gabinete de Mediação e Convivência;
 - Gabinete de Informação ao Aluno;
 - Serviço de Psicologia e Orientação;
 - Jornadas de Orientação Vocacional e Profissional;
 - Festa dos Afetos;
 - Jornadas de Educação Inclusiva;
 - Conhecimento da nota €.
- c) A promoção de experiências de comunicação e expressão em língua portuguesa e em línguas estrangeiras nas modalidades oral, escrita, visual e multimodal;
- Bibliotecas Escolares;
 - Projeto Litteratus;
 - LITERACIA 3Di;
 - Plano Nacional de Leitura;
 - Programa Erasmus +;
 - Oficinas de Escrita;
 - Promoção da oralidade nos 6.º e 9.º anos (Português e Inglês, em regime de desdobramento quinzenal).
- d) O exercício da cidadania ativa, de participação social, em contextos de partilha e de colaboração e de confronto de ideias sobre matérias da atualidade;
- Eco-Escolas;
 - Parlamento dos Jovens;
 - Plataforma digital + Cidadania;
 - Projeto de Educação para a Saúde;
 - Orçamento Participativo das Escolas;
 - Orçamento Participativo Jovem;
 - Justiça para Tod@s;
 - Colóquios e Visitas “Dáviva de Sangue”;
 - Plano de Voluntariado e Solidariedade;
 - Colóquio Educar para o Direito;
 - Práticas de autoavaliação no agrupamento.

- e) A implementação do trabalho de projeto como dinâmica centrada no papel dos alunos enquanto autores, proporcionando aprendizagens significativas.
- Chapéus com aTTitude;
 - Programa “Árvore dos Desejos”;
 - Projeto “Ter ideias para mudar o mundo”;
 - Parcerias do agrupamento – palestras com instituições residentes na Casa das Coletividades, em articulação com a Rede Cultural de Vizela;
 - Jornal “Pau de Giz”.

3.2. Matrizes curriculares

Educação Pré-Escolar

ÁREA DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL		25 HORAS LETIVAS
Componentes	A. Construção da identidade e autoestima	
	B. Independência e autonomia	
	C. Consciência de si como aprendiz	
	D. Convivência democrática e cidadania	
ÁREA DE EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO		
I. Domínio da educação física		
II. Domínio da educação artística		
Subdomínios	II. A. Artes visuais	
	II. B. Jogo Dramático/Teatro	
	II. C. Música	
	II. D. Dança	
III. Domínio da linguagem oral e abordagem à escrita		
III. 1. Linguagem Oral		
Componentes	III.1. A. Comunicação Oral	
	III.1. B. Consciência Linguística	
III. 2. Abordagem à Escrita		
Componentes	III. 2. A. Funcionalidade da linguagem escrita e sua utilização em	
	III. 2. B. Identificação de convenções da escrita	
	III.2. C. Prazer e motivação para ler e escrever	
IV. Domínio da Matemática		
Componentes	IV. A. Números e Operações	
	IV. B. Organização e Tratamento de Dados	
IV. C. 1. Geometria e Medida		
Componentes	IV. C. 1. A. Geometria	
	IV. C. 1. B. Medida	
	IV. D. Interesse e Curiosidade pela Matemática.	
ÁREA DO CONHECIMENTO DO MUNDO		
I. Introdução à Metodologia Científica		
II. Abordagem às Ciências		
Componentes	II. A. Conhecimento do mundo social	
	II. B. Conhecimento do mundo físico e natural	
III. Mundo Tecnológico e Utilização das Tecnologias		
Atividades de Animação de Apoio à Família		5 horas

Ensinho básico

1.º Ciclo

Componentes de currículo			Carga horária semanal (b)			
			1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano
Português	Desenvolvimento Cidadania e TIC (f)	TIC (f)	7	7	7	7
Matemática			7	7	7	7
Estudo do Meio			3	3	3	3
Educação Artística			3	3	3	3
Educação Física (c)						
Apoio ao Estudo (d)			2	2	0,5	0,5
Inglês			--	--	2	2
Total (g)			25	25	25	25
Educação Moral e Religiosa (h)			1	1	1	1
Atividades de Enriquecimento Curricular (i)			5	5	5	5

- (a) Este ciclo de ensino integra, nos quatro anos de escolaridade, a oferta obrigatória de Atividades de Enriquecimento Curricular, de frequência facultativa, com uma carga horária semanal de cinco horas, a desenvolver no ensino básico, com natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural.
- (b) A carga horária semanal indicada constitui uma referência para cada componente de currículo.
- (c) É dada a possibilidade à escola de prever coadjuvações na Educação Artística e na Educação Física, sempre que adequado, privilegiando, para o efeito, os recursos humanos disponíveis.
- (d) O Apoio ao Estudo constitui um suporte às aprendizagens, assente numa metodologia de integração de várias componentes de currículo, privilegiando a pesquisa, o tratamento e a seleção de informação.
- (e) A(s) nova(s) componente(s), criada(s) pela escola no tempo destinado à Oferta Complementar, apresenta(m) identidade e documentos curriculares próprios.
- (f) Áreas de integração curricular transversal, potenciadas pela dimensão globalizante do ensino neste ciclo.
- (g) Cada escola gere, no âmbito da sua autonomia, os tempos constantes da matriz, para que o total da componente letiva incorpore o tempo inerente ao intervalo entre as atividades letivas com exceção do período de almoço.
- (h) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa.
- (i) Atividades de carácter facultativo.

Componentes de currículo	Carga horária semanal (a)	
	3.º ano	4.º ano
Português	8	8
Matemática	8	8
Estudo do Meio	3	3
Expressões Artísticas e Físico-Motoras	3	3
Apoio ao Estudo (b)	2	2
Inglês	2	2
Total (d)		27
Educação Moral e Religiosa (e)		1
Atividades de Enriquecimento Curricular (f)		3

- (a) A carga horária semanal indicada constitui uma referência para cada componente de currículo.
- (b) Disciplina que tem por objetivo apoiar os alunos na criação de métodos de estudo e de trabalho, visando prioritariamente o reforço do apoio nas disciplinas de Português e de Matemática.
- (c) A(s) nova(s) componente(s), criada(s) pela escola no tempo destinado à Oferta Complementar, apresenta(m) identidade e documentos curriculares próprios.
- (d) Cada escola gere, no âmbito da sua autonomia, os tempos constantes da matriz, para que o total da componente letiva incorpore o tempo inerente ao intervalo entre as atividades letivas com exceção do período de almoço.
- (e) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa.
- (f) Atividades de carácter facultativo.

2.º Ciclo

Componentes de currículo	Carga horária semanal (minutos) (tempos)	
	5.º ano	6.º ano
Línguas e Estudos Sociais		
Português	250	200 (c)
Inglês	150	150 (c)
História e Geografia de Portugal	100	150
Cidadania e Desenvolvimento	25	25
Matemática e Ciências		
Matemática	200	200
Ciências Naturais	150	150
Educação Artística e Tecnológica		
Educação Visual	100	100
Educação Tecnológica	75	75
Educação Musical	100	100
Tecnologias de Informação e Comunicação	50	50
Educação Física	150	150
Educação Moral e Religiosa (d)	50	50
Apoio ao Estudo (a)	50	50
Expressão Artística (b)		
Dança	50	
Teatro		50

(a) Componente de apoio às aprendizagens de frequência obrigatória.

(b) Componente que possibilita a frequência de outros domínios da área artística. Frequência obrigatória.

(c) Acresce 50 minutos em regime de desdobramento (quinzenal) para a componente da oralidade.

(d) Disciplina de frequência facultativa.

Ensino Articulado

Componentes de currículo	Carga horária semanal (minutos) (tempos)	
	5.º ano	6.º ano
Línguas e Estudos Sociais		
Português	200 (b)	200 (b)
Inglês	150 (b)	150 (b)
História e Geografia de Portugal	150	150
Cidadania e Desenvolvimento	25	25
Matemática e Ciências		
Matemática	200	200
Ciências Naturais	150	150
Educação Artística e Tecnológica		
Educação Visual	100	100
Educação Física	150	150
Educação Moral e Religiosa (c)	50	50
Oferta Complementar Tecnologias de Informação e Comunicação	50	50
Apoio ao Estudo (a)	50	50

(a) Componente de apoio às aprendizagens de frequência obrigatória.

(b) Acresce 50 minutos em regime de desdobramento (quinzenal) para a componente da oralidade.

(c) Disciplina de frequência facultativa.

3.º Ciclo

Componentes de currículo	Carga horária semanal (a) (minutos) (tempos)		
	7.º ano	8.º ano	9.º ano (2020/2021)
Português	200	200	200 (d)
Línguas Estrangeiras:			
Inglês	150	150	150 (d)
Língua Estrangeira II	100	100	100
Ciências Sociais e Humanas:			
História (a)	125	100	100
Geografia (a)	125	100	100
Cidadania e Desenvolvimento (b)	25	25	25
Matemática	200	200 (g)	200
Ciências Físico-Naturais:			
Ciências Naturais (a)	125	150	150
Físico-Química (a)	125	150	150
Educação Artística e Tecnológica:			
Educação Visual	100	100	100
Expressão Artística			
Música	25		
Desenho		25	
A definir			25
Tecnologias de Informação e Comunicação	50	50	50
Educação Física	150	150	150
Educação Moral e Religiosa (c)	50	50	50

(a) 50 minutos + 50 minutos + 50 minutos quinzenalmente (7.º ano).

(b) Funcionamento quinzenal

(c) Disciplina de frequência facultativa.

(d) Acresce 50 minutos em regime de desdobramento (quinzenal) para a componente da oralidade.

Componentes de currículo	Carga horária semanal (minutos) (tempos)
	9.º ano
Português	250 (c)
Línguas Estrangeiras:	
Inglês	150 (c)
Língua Estrangeira II	100
Ciências Sociais e Humanas:	
História	150
Geografia	100
Matemática	250
Ciências Físico-Naturais:	
Ciências Naturais	150
Físico-Química	150
Educação Artística e Tecnológica:	
Educação Visual (b)	100
Educação Física	150
Educação Moral e Religiosa (a)	50
Educação para a Cidadania	50

a) Disciplina de frequência facultativa.

b) Frequência facultativa dos alunos do Ensino Articulado.

c) Acresce 50 minutos em regime de desdobramento (quinzenal) para a componente da oralidade.

Curso de Educação e Formação de Instalador/a-Reparador/a de Computadores (tipo 2)

2.º Ano			
Componente de Formação	Disciplinas	Aulas (50m)	Horas
Sociocultural	Português	3	72
	Inglês	3	72
	Tecnologias de Informação e Comunicação	3	66
	Cidadania e Mundo Atual	3	72
	Educação Física	2	36
Científica	Matemática aplicada	3	60
	Físico-Química	3	63
Tecnológica	UFCD Reparador de Computadores (1332 a 1337, 1339, 1340 e	18	400
Prática	Estágio em contexto de trabalho	-	210

Ensino Secundário

Curso Científico-Humanístico de Ciências e Tecnologias

Componentes de formação	Carga horária semanal (minutos) (tempos)		
	10.º ano	11.º ano	12º ano (2020/2021)
Geral			
Português	200	200	250
Inglês	150	150	
Filosofia	150	150	
Educação Física	150	150	150
Específica			
Matemática A	250	250	300
Física e Química A			
Biologia e Geologia	350	350	
	350	350	
Biologia			
Psicologia B ou Inglês ou Física ou Química			150
			150
Cidadania e Desenvolvimento	20	20	35
Educação Moral e Religiosa (a)	(50)	(50)	(50)
Total	1620 (1670)	1620 (1670)	1035 (1085)

(a) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa

Curso Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas

Componentes de formação	Carga horária semanal (minutos) (tempos)		
	10.º ano	11.º ano	12º ano (2020/2021)
Geral			
Português	200	200	250
Inglês	150	150	
Filosofia	150	150	
Educação Física	150	150	150
Específica			
Matemática A	250	250	300
Economia A	300	300	
Geografia A	300	300	
Geografia C			150
Psicologia B ou Inglês			150
Cidadania e Desenvolvimento	30	30	35
Educação Moral e Religiosa (a)	(50)	(50)	(50)
Total	1530 (1580)	1530 (1580)	1035 (1085)

(a) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa

Curso Científico-Humanístico de Línguas e Humanidades

Componentes de formação	Carga horária semanal (minutos) (tempos)		
	10.º ano	11.º ano	12º ano (2020/2021)
Geral			
Português	200	200	250
Inglês	150	150	
Filosofia	150	150	
Educação Física	150	150	150
Específica			
História A	250	250	300
Geografia A	300	300	
História e Cultura das Artes	300	300	
Geografia C			150
Psicologia B ou Inglês			150
Cidadania e Desenvolvimento	30	30	35
Educação Moral e Religiosa (a)	(50)	(50)	(50)
Total	1530 (1580)	1530 (1580)	1035 (1085)

(a) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa

Curso Científico-Humanístico de Artes Visuais

Componentes de formação	Carga horária semanal (minutos) (tempos)		
	10.º ano	11.º ano	12.º ano (2020/2021)
Geral			
Português	200	200	250
Inglês	150	150	
Filosofia	150	150	
Educação Física	150	150	150
Específica			
Desenho A	250	250	300
Geometria Descritiva A	300	300	
História e Cultura das Artes	300	300	
Geografia C			150
Psicologia B ou Inglês			150
Cidadania e Desenvolvimento	30	30	35
Educação Moral e Religiosa (a)	(50)	(50)	(50)
Total	1530 (1580)	1530 (1580)	1035 (1085)

(a) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa

Curso Profissional

Técnico(a) Apoio Psicossocial

Componentes de formação		Carga horária semanal (minutos)		
		1.º ano	2.º ano	3.º ano
Sociocultural	Cidadania e Desenvolvimento			
Português		100	140	80
Inglês		100	48	72
Área de Integração		76	72	72
Tecnologias de Informação e Comunicação		100		
Educação Física		48	48	44
Científica				
Psicologia		53	78	69
Sociologia		44	93	63
Matemática		100		
Tecnológica				
Área de Expressões (corporal, dramática, musical e plástica)	187	122	151	
Comunidade e Intervenção Social	90	93	97	
Animação Sociocultural	59	105	36	
Psicopatologia Geral	80	41	39	
Formação em contexto de trabalho		63	260	277
Educação Moral e Religiosa (a)		(32)	(26)	(23)
Total		1100 (1132)	1100 (1126)	1000 (1023)

(b) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa

Técnico(a) Gestão Equipamentos Informáticos

Componentes de formação		Carga horária semanal (minutos)		
		1.º ano	2.º ano	3.º ano
Sociocultural	Cidadania e Desenvolvimento			
Português		100	140	80
Inglês		100	48	72
Área de Integração		76	72	72
Tecnologias de Informação e Comunicação		100		
Educação Física		48	48	44
Científica				
Físico-Química		100	100	
Matemática		100	120	
Tecnológica				
Eletrónica Fundamental	114	67	54	
Instalação e Manutenção de Equipamentos Informáticos	138	88	60	
Sistemas Digitais e Arquitetura de Computadores	138	120	120	
Comunicação de Dados	78	25	98	
Formação em contexto de trabalho		200	400	
Educação Moral e Religiosa (a)		(32)	(23)	
Total		1068 (1124)	1028 (1054)	1080 (1103)

(a) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa

3.3. Educação Inclusiva

A Educação Inclusiva, legislada pelo Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho, “estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa”(n.º1 do Artigo 1.º). Este diploma legislativo articula com outros diplomas integrados no Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE). Assim sendo, não se pode falar em educação inclusiva sem falar neste programa, pois, inclui tudo aquilo que é necessário fazer, para que a Escola consiga dar aos alunos efetivas condições de aprendizagem: o Investimento no Pré-escolar, Programa Qualifica, Formação Contínua de Professores, Plano de Ação Estratégica, Perfil do Aluno, Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, Aprendizagens Essenciais, Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular, Modelo de Avaliação e Escola Inclusiva.

O Agrupamento de Escolas de Infias reconhece a importância de educar “Todos com Todos”, no respeito pelas singularidades de cada um, respondendo à heterogeneidade dos seus alunos, providenciando oportunidades de aprendizagem efetivas e inclusivas para Todos, facultando a Todos a possibilidade de acesso e de sucesso educativo e social, assumindo assim, o seu compromisso com o desenvolvimento de uma Escola cada vez mais Inclusiva. O Agrupamento de Escolas de Infias-Vizela é um agrupamento que se orgulha do trabalho que faz ao nível da inclusão dos seus alunos, assumindo este como um processo inacabado, uma vez que a procura de melhorar a sua oferta e as suas práticas é uma preocupação constante, à qual dedica muito empenho e dedicação.

O AEIV está empenhado em operacionalizar os princípios da inclusão (a equidade, a inclusão, a diversidade, a personalização, flexibilidade, autodeterminação, envolvimento

parental e a interferência mínima), segundo uma abordagem multinível (medidas universais, seletivas e adicionais). Esta abordagem por referência ao currículo e às aprendizagens essenciais tem enfoque na dimensão pedagógica e curricular, na intervenção preventiva e atempada. Assenta no Desenho Universal para a Aprendizagem como resposta à diversidade em sala de aula, proporcionando modos múltiplos de apresentação, modos múltiplos de ação e expressão e modos múltiplos de autoenvolvimento.

Ao Agrupamento, em geral, e à Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva, em particular, compete: sensibilizar a comunidade educativa para a educação inclusiva; assegurar uma multiplicidade de medidas de suporte à aprendizagem adequada, que se traduzam em ações a desenvolver com os alunos, ou de intervenção junto da comunidade escolar, nomeadamente com pais, encarregados de educação, professores e funcionários; acompanhar e monitorizar a aplicação de medidas de suporte à aprendizagem; prestar aconselhamento aos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas; elaborar o relatório técnico-pedagógico previsto no artigo 21.º e, se aplicável, o programa educativo individual e o plano individual de transição previstos, respetivamente, nos artigos 24.º e 25.º; acompanhar o funcionamento do centro de apoio à aprendizagem.

Como o consignado no Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho, o modelo de escola inclusiva implicou uma reestruturação organizacional e funcional da escola e das suas estruturas de apoio, como tal, o Centro de Apoio à Aprendizagem, agregou as unidades especializadas de apoio aos alunos com multideficiência, existentes até ao ano letivo de 2017/2018. O CAA é um espaço plural e dinâmico onde se encontram concentrados todos os recursos humanos e materiais, saberes e competências existentes na escola para a inclusão, sem esquecer que esta tem a sala de aula como espaço primordial. Assim sendo, o CAA tem carácter transitório, sendo um recurso pedagógico da escola ao serviço de todos, onde estão concentrados serviços especializados e insere-se no contínuo de respostas educativas disponibilizadas pela escola. Constituirão eixos de suporte aos docentes titulares de grupo/turma em termos de consultoria e complementaridade, com carácter subsidiário ao trabalho desenvolvido em sala de aula ou outros contextos educativos. O CAA tem como objetivos: promover a qualidade da participação dos alunos nas atividades da turma a que pertencem e nos demais contextos de aprendizagem; apoiar os docentes do grupo ou turma a que os alunos pertencem; desenvolver metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar; promover a criação de ambientes estruturados, ricos em comunicação e interação, fomentadores da aprendizagem e apoiar a organização do processo de transição para a vida pós-escolar.

Com vista à promoção do sucesso escolar e à inclusão, o AEIV articula de forma permanente com a Equipa Local de Intervenção de Vizela, com o Centro de Recursos para a Inclusão da Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidades de Guimarães (CERCIGUI), com a Associação para a Integração e Reabilitação Social de Crianças e Jovens Deficientes de Vizela (AIREV), com a Junta de Freguesia de Vizela, com a Câmara Municipal de Vizela, com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vizela, com o Centro de Formação Martins Sarmiento e com o Centro de Saúde de Vizela.

3.3.1. Projeto “Vamos Partilhar”

É cada vez mais importante adequar os projetos às necessidades diferenciadas de cada contexto escolar, neste caso particular, aos alunos com Medidas Adicionais que integram o

Centro de Apoio às Aprendizagens, não descurando aspetos de componente prática e experiencial, nem a sua inclusão em contexto de sala de aula.

Este projeto visa sobretudo a implementação de estratégias e práticas facilitadoras que permitam assegurar que os alunos aprendam de forma significativa competências relacionadas com o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, garantindo o seu desenvolvimento pessoal e social, tendo em conta os facilitadores à sua aprendizagem, bem como a eliminação das barreiras.

3.4. Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar – Plano de Ação Estratégica

Pela Resolução do Conselho de Ministros nº 23/2016, foi criado o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, com a finalidade de “promover um ensino de qualidade para todos, combater o insucesso escolar, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e do aumento da eficiência e qualidade da escola pública”. Com vista ao seu cumprimento o AEIV, no âmbito da sua autonomia organizacional e pedagógica, concebeu e apresentou o seu plano de ação estratégica de melhoria das aprendizagens e do sucesso escolar.

Neste sentido, o Plano de Ação Estratégica implementado no AEIV, visa conduzir o ensino das aprendizagens em direção aos objetivos previamente fixados nas suas matrizes as quais remetem para as fragilidades referentes às lideranças, ao português e à matemática. Traduz-se num determinado conjunto de ações do professor, deliberadas, pensadas e orientadas para responder às especificidades e necessidades de cada grupo/turma, sem nunca perder de vista a consecução dos objetivos de aprendizagem por parte de todas as crianças e alunos. Deste modo, no biénio 2016/2018, no tocante às lideranças, será implementada a ação núcleo.T com vista à otimização do trabalho dos CT/CA com vista à melhoria dos mecanismos de articulação. Quanto à disciplina de matemática, será criado o espaço Fórmula Mágica, para todos os ciclos. Propõe-se o modelo organizacional do Projeto Fénix (eixo I) e a dinamização de momentos de aprendizagem que forneçam ao aluno competências para um processo que vise a promoção do sucesso educativo. No que respeita ao português, à semelhança da matemática, será promovida a Alameda da Língua (todos os ciclos), incluindo na organização das suas dinâmicas atividades do Projeto Fénix (1.º ciclo - 1.º/2.º anos) e outras que forneçam ao aluno competências para um processo que vise a “life long learning” (literacias), nos 5.º e 7.º anos.

Para o cumprimento pretendido desta missão para a promoção do sucesso escolar, foram ainda identificadas as devidas necessidades as quais apontam para a formação docente e a aquisição de tecnologia.

Objetivos:

-  Diminuir as retenções dos alunos;
-  Qualificar o sucesso escolar;
-  Promover o potencial máximo de cada aluno, considerando os diferentes ritmos de aprendizagem;
-  Investir nas aprendizagens ao longo da escolaridade obrigatória;
-  Promover o sucesso educativo através articulação curricular;
-  Melhorar os mecanismos de articulação internos ao conselho de turma/conselho de ano;
-  Estabelecer pontes com conhecimentos de várias áreas curriculares e com o quotidiano dando mais significado às aprendizagens;

-  Implementar o desenvolvimento de um trabalho colaborativo para superar as dificuldades de cada aluno;
-  Valorizar junto dos encarregados de educação o trabalho do aluno em detrimento das informações negativas que possam caracterizar o seu percurso escolar;
-  Aumentar o envolvimento de todos os agentes educativos na formação dos alunos.

Para concretização destes pressupostos contribui também a aplicação do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, Autonomia e Flexibilidade Curricular, a definição do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, bem como a definição das Aprendizagens Essenciais de cada disciplina.

3.4.1. PIICIE (Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar) do AVE

O Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar é promovido no âmbito do programa operacional NORTE 2020 e está integrado no Plano de Desenvolvimento e Coesão Territorial do Ave. Tem como objetivo "definir novas abordagens educacionais" a implementar nos estabelecimentos escolares do concelho de Vizela e restantes municípios do Ave.

Este plano pretende ser agregador das medidas educativas de promoção do sucesso escolar e de combate ao abandono escolar, alinhadas com as políticas educativas nacionais e europeias, e refletindo a estratégia educativa para a NUT III Ave, desenhada no âmbito da CIM do Ave pelo Conselho Intermunicipal de Educação e restante comunidade educativa desta sub-região.

Objetivos:

-  Promover uma escolarização de excelência e inteligente para a NUT III Ave;
-  Contribuir para a diminuição do abandono escolar precoce na NUT III Ave;
-  Promover a igualdade de oportunidades a todos os alunos e o sucesso escolar na NUT III Ave;
-  Melhorar a qualidade das aprendizagens através de abordagens experimentais e inovadoras ao nível das práticas educativas;
-  Promover o espírito empreendedor na comunidade educativa do Ave;
-  Capacitar a Comunidade Educativa da NUT III Ave para uma intervenção integrada na promoção do sucesso escolar.

Principais linhas de intervenção do PIICIE do Ave:

-  Um território educativo mais coeso;
-  Intervenção na comunidade e na família como fator chave da promoção do sucesso escolar;
-  Promoção das competências básicas na promoção do sucesso escolar;
-  Reforço das competências nucleares e essenciais no percurso educativo dos alunos;
-  Desenvolvimento de competências extracurriculares de suporte à aprendizagem;
-  Estimulo à inovação e criatividade.

Projetos:

Hypatiamat

Este projeto pretende melhorar o desempenho escolar na matemática e visa promover a excelência e o desenvolvimento do sucesso escolar, sobretudo centrado na matemática nos alunos do 1.º ciclo. A parte mais visível deste Projeto é uma plataforma online com inúmeras aplicações hipermédia e interactivas.

O projeto é constituído pelos seguintes componentes:

-  Formação de Professores de 1.º ciclo (2.º ano);
-  Formação de Mediadores;
-  Reuniões de acompanhamento com os mediadores;
-  Avaliação e monitorização do projeto.

Plataforma +Cidadania

O projeto «+Cidadania», destinado ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, tem como missão prevenir e reduzir o abandono escolar precoce e promover a igualdade de acesso a uma educação de qualidade. O projeto proporciona um ambiente de aprendizagem rico em tecnologia, facilitador da aprendizagem, do trabalho colaborativo e da partilha de ideias.

Litteratus

Este projeto está centrado na literacia nos alunos do 1.º ciclo. A leitura e a escrita constituem duas traves mestras para uma formação sólida e bem-sucedida do indivíduo, apresentando-se cada vez mais, como fatores fundamentais, quer para o desenvolvimento pessoal quer social, constituindo-se como fatores de proteção do abandono escolar precoce e consequentemente, da exclusão social.

Objetivos:

-  Promover, nos alunos, níveis elevados de compreensão leitora;
-  Promover o desenvolvimento dos processos inerentes a leitura e a escrita, como ferramenta de conhecimento;
-  Otimizar recursos e competências disponíveis nas escolas envolvidas;
-  Aplicar modelos de avaliação que permitam efetuar balanços sistemáticos dos níveis de realização alcançados.
-  Diagnosticar precocemente, nos alunos, dificuldades de leitura e de escrita.

Ações:

-  Formação de Professores, ao longo do ano lectivo;
-  Aplicação dos programas, pelos Professores;
-  Acompanhamento dos Professores em Sala de Aula.

Escolas Empreendedoras In.Ave

O Projeto surge no âmbito da Rede de Empreendedorismo do Ave, IN.AVE. No âmbito do Projeto foram já realizadas três edições. O público-alvo do Projeto mantém três níveis de ensino, o 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e o ensino secundário e profissional. O Projeto visa fomentar o espírito empreendedor nas escolas, sensibilizando as mesmas e todos os seus agentes para a importância da temática e para a necessidade de se fomentar uma cultura mais empreendedora na região do Ave.

Curtir Ciência

É um projeto inovador que pretende despertar o interesse pela cultura científica e pelas atividades laboratoriais através de atividades de ciências experimentais, adaptadas aos currículos escolares dos alunos.

Educação Parental

Pretende-se com o projeto de Educação Parental habilitar as famílias a terem ambientes familiares marcados por interações positivas e promotores de desenvolvimento dos/as seus/suas filhos/as, fortalecendo-as, também, para o desenvolvimento de parcerias positivas com as escolas.

Ter Ideias para Mudar o Mundo

Está a ser aplicado no pré-escolar e consiste num estímulo à produção de ideias ou projetos empreendedores de crianças a partir dos 3 anos. Pretende-se que os professores adquiram competências empreendedoras para que possam transmitir às crianças as áreas do conhecimento empreendedor, possibilitando o desenvolvimento das suas ideias em projeto.

3.5. PISA FOR SCHOOLS

“Projeto de capacitação das escolas que procura a melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos e do seu bem-estar, através da capacitação dos professores, líderes escolares e coordenadores nacionais ou regionais. Suporta-se num *benchmarking* internacional baseado numa escala comum fornecida pelo Programa PISA da OCDE. Com base na aplicação de um teste aos alunos que têm 15 anos (aqueles que se encontram à saída do 9.º ano ou à entrada do 10.º ano), pretende-se medir as competências chave necessárias numa sociedade global do século XXI.

3.6. Plano Ação Tutorial

O Plano de Ação Tutorial (PAT), implementado no agrupamento desde 2014, tem sido uma estratégia pedagógica de dinâmica colaborativa em que intervêm diferentes atores (alunos, docentes, SPO, CPCJ, GMC e encarregados de educação), com diferentes graus de implicação, com o intuito de minimizar as dificuldades de aprendizagem dos alunos, facilitar a sua integração na escola, atenuar eventuais situações de conflito e, conseqüentemente, evitar o absentismo e o abandono escolar.

O PAT clarifica os critérios e procedimentos para a organização e monitorização do trabalho tutorial, bem como as linhas de atuação desenvolvidas pelas escolas do agrupamento em relação aos alunos e respetivas famílias; a equipa educativa implicada e as medidas para manter uma comunicação eficaz com as famílias, tendo em vista a melhoria do processo de ensino/aprendizagem dos alunos e a promoção da cooperação entre os atores nele implicados.

Em termos gerais, pretende-se a diminuição dos fatores de risco e o alargamento dos fatores de proteção do aluno nos domínios da aprendizagem e das condutas pessoal e social, visando potencializar o seu bem-estar e a sua efetiva adaptação às expectativas académicas e sociais da escola, através da “ajuda mútua e com intervenção de toda a comunidade educativa.

Este plano teve efeitos claramente positivos na promoção do sucesso educativo, na construção da disciplina e da relação escola/família/comunidade. Verificou-se uma clara

diminuição das taxas de abandono escolar e de retenções e uma melhoria nos resultados dos exames nacionais, a par da diminuição das participações disciplinares e do aumento do número de alunos a integrar o Quadro de excelência. Daí a aposta na sua continuidade.

3.6.1. Serviço de Psicologia e Orientação

Este serviço acompanha os alunos ao longo do seu percurso escolar e contribui na identificação de interesses e vocações; na intervenção nas dificuldades de aprendizagem; na promoção e desenvolvimento da identidade pessoal e na construção e solidificação do projeto de vida dos alunos.

O trabalho é desenvolvido com base em atribuições e competências legais, adaptadas ao contexto escolar, segundo um levantamento de necessidades e de acordo com uma planificação que integra o Plano Anual de Atividades do Agrupamento.

O Serviço de Psicologia e Orientação dispõe de uma psicóloga, em regime de contrato em funções públicas a termo certo que, em articulação com os DT e outras estruturas, tem dado um forte contributo para a orientação vocacional e para a sinalização e acompanhamento dos alunos. Este serviço tem articulado também com outras instituições: CPC; Equipa Multidisciplinar de Apoio ao Tribunal e outros técnicos; EMAEI; Clube da Saúde e Gabinete de Informação a Apoio (GIA-PES) ao Aluno e à Família; e IIEFP.

3.6.2. Gabinete de Mediação e Convivência

Em geral, as escolas da atualidade não escapam à cultura de violência, que sobressai nos modos de interagir dos indivíduos. Para inverter esta tendência impõe-se a necessidade de desenvolver uma educação para a convivência e para a gestão positiva dos conflitos e dessa forma promover uma cultura de paz e de cidadania.

A mediação abrange a resolução dos conflitos entre estudantes, entre estudantes e adultos e entre adultos o que permite protagonismo aos intervenientes, enquanto se estimulam os valores da solidariedade, da tolerância e da igualdade.

A solução não é imposta por terceiros, mas “criada” pelas partes. Caracteriza-se pela negociação cooperativa, na medida em que promove uma solução em que as partes implicadas ganham ou obtêm benefício e não apenas uma delas.

A mediação tem-se revelado positiva no contexto escolar do agrupamento, tendo o processo de autoavaliação do agrupamento revelado que esta estratégia pedagógica tem contribuído para uma significativa redução dos conflitos/indisciplina.

Aliado a esta estratégia tem o agrupamento trabalhado um programa específico de treino das habilidades emocionais. Nesta, perspetiva entende a comunidade escolar a continuidade deste trabalho desenvolvido por uma equipa que inclua professores, alunos, pais/EE e psicólogo.

3.6.3. Gabinete de informação ao aluno

Permite ao aluno partilhar assuntos que o preocupam (relações afetivas; conflitos com pais/familiares, professores, colegas e assistentes operacionais; questões relacionadas com a sexualidade, drogas, etc.) e apoiar o aluno no âmbito da educação para a saúde (prevenção de consumos, apoio psicossocial e nutricional) e da educação sexual (namoro, afetos, etc.). É garantida ao aluno a confidencialidade dos assuntos tratados.

3.6.4. Sala de Apoio ao Estudo

A sala de apoio ao estudo funciona em horário coincidente com o das atividades letivas. Este apoio conta com a presença de professores de acordo com o seu horário semanal, sendo este afixado com a indicação dos professores presentes e das respetivas disciplinas que lecionam.

O espaço destina-se à realização de trabalhos individuais ou em grupo, estando igualmente disponíveis manuais escolares, fichas de trabalho, jogos didáticos e recursos informáticos.

A sala de estudo pode ser frequentada por todos os alunos que, por sua iniciativa, individual ou em grupo, queiram esclarecer dúvidas, aprofundar assuntos, realizar trabalhos, efetuar pesquisas para trabalhos escolares na internet, ou, ainda, pelos alunos que pretendam utilizar os computadores com finalidades específicas, não devendo contrariar os princípios instituídos para este espaço.

3.6.5. Projeto Tutoria entre Iguais – “Ter um Padrinho é Fixe! / O meu Padrinho é Fixe!”

Atendendo à necessidade de apoiar os alunos com dificuldades de integração em contexto escolar e de prevenir comportamentos de risco, a Direção do Agrupamento de Escolas de Infias, Vizela implementou o projeto Tutoria entre iguais – “Ter um padrinho é fixe!”, importante pela sua função inclusiva e de responsabilização dos alunos mais velhos sobre os mais novos, bem como pela facilitação da inclusão dos alunos mais novos, ainda desconhecedores das dinâmicas dos novos ciclos de ensino em que se inserem.

O projeto proporciona aos envolvidos uma experiência de aproximação, colocando os alunos do 4.º ano e do ensino secundário numa posição de acolhimento e orientação em relação aos alunos do 1.º e 5.º anos, recém-chegados. Com efeito, compete-lhes acolher os mais jovens, levando-os numa primeira visita guiada pela escola, com o intuito de fazer um reconhecimento do espaço e fornecer orientações sobre o funcionamento do mesmo.

Pretende-se, também, que o padrinho/madrinha seja uma referência para o(a) afilhado(a), proporcionando-lhe segurança e apoio ao longo do ano letivo, através de um contínuo estreitamento de relações de convivência e auxílio.

Na sequência da implementação deste projeto foi posteriormente criado o Projeto “O Meu Padrinho é Fixe!”, posto em prática no ano letivo de 2013/2014, por forma a aumentar os benefícios do Projeto “Ter um Padrinho é Fixe!”, dinamizado pela Direção do Agrupamento.

3.6.6. Apoio Tutorial

No apoio individualizado, aos alunos que manifestam dificuldades, tem sido implementado, desde 2011, o apoio tutorial, sendo que da análise de resultados das tutorias individuais proporcionadas, conclui-se que os anos finais de ciclo revelam taxas de sucesso claramente positivas, o que favorece o percurso académico dos que beneficiam deste apoio. Quanto ao ensino secundário, os dados disponíveis não permitem obter conclusões de forma generalizada.

Em termos globais, nota-se que esta é uma estratégia positiva, no que respeita ao seu impacto no sucesso académico dos discentes.

Os alunos que beneficiam desta medida são identificados pelo conselho de turma para a EMAEI, que define no Relatório Técnico-Pedagógico (RTP) as áreas de intervenção a trabalhar

pelo professor tutor, os objetivos a atingir, bem como o envolvimento e a participação dos pais e encarregados de educação neste processo.

Este pertence às Medidas Seletivas definidas no âmbito da alínea e), do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho.

É da competência do professor Tutor orientar o aluno no âmbito dos valores ético-morais, promovendo a disciplina, a motivação e o respeito pela diferença, servindo ainda de mediador de conflitos, mantendo o contacto permanente com o Diretor de Turma. O professor Tutor deve também prestar apoio ao aluno em matérias de conhecimento que estejam ao seu alcance, bem como em termos de organização e métodos de estudo.

3.6.7. Apoio Tutorial Específico

O agrupamento implementou a Medida de Apoio Tutorial Específico a partir do ano letivo 2016/2017, nos termos do definido no art.º 12.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2016, de 16 de junho. A medida destina-se aos alunos do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico que acumulem duas ou mais retenções ao longo do seu percurso escolar.

Este é um recurso adicional que visa diminuir as retenções e o abandono escolar precoce, promovendo o sucesso educativo. Sendo uma medida de proximidade com os alunos, pretende potenciar o seu envolvimento nas atividades educativas, favorecendo o planeamento e a monitorização do seu processo de aprendizagem.

Este trabalho pode constituir-se como um forte contributo para a autorregulação das aprendizagens, incrementando o bem-estar e a adaptação às expectativas académicas e sociais dos alunos.

3.6.8. Apoio Pedagógico

O apoio pedagógico abrange todos os ciclos, níveis de ensino e cursos do agrupamento.

No âmbito do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, este consolida-se mediante duas vertentes: poderá constituir Medida Universal, alínea e) do n.º 2 do artigo 8.º, intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos, que se operacionaliza de forma dinâmica, aberta e flexível: a qualquer momento, podem ser integrados novos alunos e, atendendo ao desempenho positivo de alguns, poderá não ser necessária a sua continuidade; e poderá constituir Medida Seletiva, alínea d) do n.º 2 do artigo 9.º, antecipação e reforço das aprendizagens.

O apoio é assegurado pelos docentes, de acordo com barreiras e facilitadores identificados pelo aluno, pela família, pelos docentes e ou outros técnicos que o acompanham.

A monitorização e avaliação da eficácia da aplicação das medidas é realizada pelos responsáveis da sua aplicação.

3.7. Eco-Escolas

A Escola Básica e Secundária de Infias, Vizela aderiu ao "Programa Eco-Escolas" no ano letivo de 2010/2011.

O "Programa Eco-Escolas" é uma iniciativa da responsabilidade da Fundação para a Educação Ambiental, coordenado a nível europeu pela Associação Bandeira Azul da Europa.

É um Programa vocacionado para a educação ambiental, para a sustentabilidade e para a cidadania, que a Fundação para a Educação Ambiental (FEA), implementa em vários países desde meados dos anos 90. Destina-se fundamentalmente às escolas do ensino básico (do 1.º ao 3.º CEB) podendo, no entanto, ser adaptado e implementado noutros graus de ensino. Visa encorajar ações e reconhecer o trabalho desenvolvido pela Escola em benefício do ambiente.

O Programa procura igualmente, estimular a criação de parcerias locais entre a escola e as autarquias, procurando contribuir para um maior envolvimento e participação em todo o processo, dos municípios, empresas, órgãos de comunicação social, ONGA's e outros agentes interessados em contribuir para o Desenvolvimento Sustentável. A proposta às escolas consiste na adopção de uma metodologia de trabalho (simplificadamente denominada por 7 passos) que, articulando atividades de exploração de diversos temas, contribua para uma melhoria global do ambiente da escola e da comunidade. Este esforço é reconhecido através da atribuição de uma Bandeira Verde, que certifica a existência, naquela escola, de uma educação ambiental coerente e de qualidade (in Guia Eco-Escolas/Associação Bandeira Azul da Europa; Fundação para a Educação Ambiental na Europa).

4. RECURSOS HUMANOS

4.1. População discente

Tabela 4 – Mapa de frequência do Agrupamento 2014-2017

Ensino/Modalidade/Ano ou Tipo				Ano Letivo						
				2014/2015		2015/2016		2016/2017		
				Turmas (N.º)	Alunos (N.º)	Turmas (N.º)	Alunos (N.º)	Turmas (N.º)	Alunos (N.º)	
Ensino Pré-Escolar				12	240	10	219	10	210	
Básico	Regular	1.º Ciclo	1.º Ano	6	112	5	104	5	103	
			2.º Ano	5	100	6	117	6	114	
			3.º Ano	6	103	5	98	6	112	
			4.º Ano	6	116	6	101	5	100	
			Subtotal	23	431	22	420	22	429	
		2.º Ciclo	5.º Ano	4	79	3	80	4	74	
			6.º Ano	3	56	5	121	3	77	
			Subtotal	7	135	8	201	7	151	
		3.º Ciclo	7.º Ano	5	89	4	101	6	136	
			8.º Ano	4	94	4	106	4	85	
			9.º Ano	5	111	5	112	4	83	
			Subtotal	14	294	13	319	14	304	
		Subtotal Ensino			44	860	43	940	43	884
		CEF		Tipo 2	0	0	0	0	1	20
Vocacional		2.º ano	3	57	3	49	1	16		
Subtotal do Ensino Básico			47	915	46	989	45	920		
Secundário	Científico-Humanístico	10.º Ano	2	56	3	81	3	79		
		11.º Ano	2	43	2	45	3	64		
		12.º Ano	2	43	2	44	2	44		
		Subtotal	6	142	7	170	8	187		
	Vocacional			0	0	1	25	1	16	
Subtotal do Ensino Secundário			6	142	8	195	9	203		
Total do Agrupamento				65	1297	64	1403	64	1333	

A análise da população escolar do Agrupamento nos últimos três anos letivos demonstra que o número de alunos na Educação Pré-escolar e 3.º ciclo se manteve estável; nos 1.º e 2.º ciclos verifica-se uma redução bastante significativa do número de alunos (reflexo da baixa da taxa de natalidade); no ensino secundário verificou-se um aumento acentuado do número de alunos (facto que poderá ser associado ao alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12.º ano).

4.2. Pessoal Docente⁴

Tabela 5 - Número de docentes por categoria profissional

Categoria	2014/2015	2015/2016	2016/2017
Quadro Agrupamento	81	85	82
QZP	26	16	24
Contratado	7	18	20
Outra	3	3	2
Total	117	122	128

O corpo docente do agrupamento era, no ano letivo 2016/2017, composto por cento e vinte e oito professores dos quais cerca de 83% pertenciam aos quadros (quadro de agrupamento e de zona pedagógica). Constata-se ainda que a percentagem de docentes contratados tem vindo a aumentar nos últimos anos.

4.3. Pessoal não docente

Tabela 6 – Número de funcionários não docentes por categoria, em maio de 2017

Categoria Profissional	Estabelecimento de Ensino					TOTAL
	EBS de Infias	EB de S. Miguel	EB de Tagilde	EB de S. Paio	EB de Infias	
Assistentes	6	6	1	0	1	14
Assistentes	17	1	1	4	2	25
Cantina	4	3	Associação	Associação	Associação	7
TOTAL	29	12	2	4	3	50

O agrupamento dispõe de um corpo de pessoal não docente de 50 elementos, distribuídos pelas diferentes escolas do Agrupamento, cuja colocação é da responsabilidade da Câmara Municipal de Vizela. De referir ainda que três escolas básicas (EB de Infias, EB de Vizela (São Paio) e EB de Tagilde) os recursos humanos associados à cantina são da responsabilidade das respetivas Associações de Pais.

4.4. Associação de Estudantes

Desde 2010 existe na escola sede do agrupamento a associação de estudantes, embora se encontre em processo de legalização. O principal objetivo é proceder à formalização desta associação para que, deste modo, possa candidatar-se a fundos de apoio ao associativismo juvenil.

Durante esta fase de legalização, os representantes dos alunos têm gozado de autonomia na elaboração do respetivo estatuto e demais normas internas, na eleição dos seus órgãos dirigentes, na gestão e administração do respetivo património e na elaboração dos

⁴ Dados referentes ao mês de novembro de cada ano letivo

planos de atividades. Têm tido uma participação ativa na dinâmica escolar o que expressa o seu enorme espírito de iniciativa que muito enriquece o agrupamento.

4.5. Associações de Pais e Encarregados de Educação

Do AEIV fazem parte a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica e Secundária de Infias, Vizela, a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica de S. Miguel, a Associação de Pais e amigos da Escola Básica e Jardim de Infância de Infias, Associação de Pais e amigos da Escola Básica e Jardim de Infância de Tagilde, Associação de Pais e amigos da Escola Básica e Jardim de Infância de Cruzeiro – S. Paio. Estas colaboram, de forma sustentada e no quadro das suas competências, com os órgãos de gestão do agrupamento na resolução e na procura de soluções para os problemas inerentes ao processo educativo.

As relações estabelecidas têm-se revelado bastante positivas, uma vez que realizam com regularidade reuniões com o órgão de gestão e participam ativamente na dinâmica do agrupamento. Apesar do empenho e envolvimento, a direção das associações confronta-se com vários problemas, entre eles destaca-se o da fraca envolvimento e participação dos pais e encarregados de educação.

4.6. Escolaridade dos Encarregados de Educação

Tabela 7 – Nível de escolaridade dos Encarregados de Educação (2016/2017)

Nível de Escolaridade dos Encarregados de Educação	%
1.º Ciclo	19,1%
2.º Ciclo	28,2 %
3.º Ciclo	20,8 %
Secundário	14,2%
Ensino Superior	4,3%

Em sintonia com os dados do MISI no que diz respeito às habilitações académicas dos EE, constata-se que 19,1% tem apenas o 4º ano; 28,2%, o 6º ano; 20,8%, o 9º ano; 14,2%, o 12º ano e somente 4,3% o ensino superior. Tem-se verificado uma ligeira melhoria das habilitações, apesar de persistir a baixa proporção de população licenciada, no concelho, e com habilitações do nível secundário (valores abaixo das referências Ave, Norte e Portugal).

5. RECURSOS FÍSICOS E EQUIPAMENTOS

Tabela 8 – Instalações dos estabelecimentos de ensino do Agrupamento

Instalações	Estabelecimentos de Ensino				
	EBS de Infias	EB de S. Miguel	EB de Tagilde	EB de S. Paio	EB de Infias
Salas de aula	24	20	7	10	6
Laboratórios	5				
Salas específicas ⁵	7	2			
Auditórios	2				
Biblioteca/CRE	1	1	1		
Salas de Apoio	1				
CAA	2	1			
Sala Polivalente	1				
Cozinha	1	1	1	2	1
Refeitório	1	1	1	2	1
Sala de professores	1	1		1	1
Salas de reuniões/trabalho	3	1			
Sala Pessoal Não Docente	1	1			
Vestiários	2	2			
Instalações sanitárias	12	26	6	15	5
Arrecadações	16	8	2	4	1
Campo de jogos	1	1	1	1	
Pavilhão Desportivo	2	1			1
Balneários	3	2		1	2
Portaria	1	1			
Secretaria	1				
Papelaria/reprografia	1				
Direção	2	1			
Outras salas	8	3			
TOTAL	99	72	19	36	19

No que respeita às instalações e equipamentos, uma das cinco escolas do agrupamento não dispõem de centros de recursos e somente a escola sede possui sala TIC. Quanto aos espaços cobertos para a prática das aulas de Atividade Física e Desportiva, estes não são suficientes, o que implica que, em dias de chuva, se realizem atividades alternativas nas salas de aula. Os recreios cobertos são uma nas escolas do Agrupamento.

No que respeita às instalações da escola sede, é de salientar o facto de, atualmente, haver uma maior adequação relativamente ao número de turmas face ao número de salas disponíveis. Esta situação alterou-se, de acordo com as previsões efetuadas, pois a

⁵ Salas de desenho, educação tecnológica, educação musical, matemática, TIC e oficinas

redução do número de alunos nas escolas do Agrupamento tem-se acentuado. Em termos de equipamentos, está razoavelmente apetrechada com recursos educativos, designadamente, material informático, proveniente do Plano Tecnológico da Educação, audiovisual, laboratorial e desportivo. Contudo, até ao momento, têm-se verificado alguns constrangimentos ao nível da implementação do Plano Tecnológico da Educação que impedem a utilização plena dos equipamentos, causando prejuízos na vertente pedagógica e até mesmo no funcionamento dos serviços administrativos.

PARCERIAS E ENVOLVIMENTO COM A COMUNIDADE

O AEIV mantém parcerias/protocolos com distintas instituições/entidades/organizações, a saber:

-  Academia de Música da Sociedade Filarmónica Vizelense;
-  ACIV – Associação Comercial e Industrial de Vizela;
-  AIREV – Associação para a Integração e Reabilitação Social de Crianças e Jovens Deficientes de Vizela;
-  Associação *Avicella*;
-  Associação Coração Azul;
-  Associação dos Dadores Benévolos de Sangue de Vizela;
-  Câmara Municipal de Vizela;
-  Casa do Povo de Vizela;
-  Centro Social e Paroquial de S. Miguel;
-  Centro Social e Paroquial de Santa Eulália;
-  Cercigui;
-  Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vizela;
-  Comunidade Internacional do Ave;
-  Cruz Vermelha Portuguesa (Núcleo de Vizela);
-  Fundação Jorge Antunes;
-  Futebol Clube de Vizela;
-  Guarda Nacional Republicana;
-  Instituto Politécnico de Bragança;
-  Juntas de Freguesia;
-  Santa Casa da Misericórdia de Vizela;
-  Tesal Exploracion S.L. / Estabelecimento Termal de Vizela;
-  Unidade de Saúde Familiar “Novos Rumos”/Agrupamento de Centros de Saúde de Guimarães – Vizela;
-  Universidade do Minho – Escola de Ciências da Saúde;
-  Universidade do Porto – Faculdade de Letras;
-  Vizelgolfe.

A existência e desenvolvimento das parcerias supracitadas tem-se revelado uma mais-valia nas relações agrupamento/comunidade e, por tal razão, o agrupamento prossegue sempre na necessidade de incrementar e criar outras, numa perspetiva empreendedora e inovadora na sua ação educativa.

6. AUTONOMIA

No âmbito do desenvolvimento do regime jurídico de autonomia da escola, consagrada pelo Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro, pelo Decreto-Lei 115-A/98, de 4 de maio, e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na sua redação atual, e pela Portaria n.º 265/2012, de 30 de agosto, e demais legislação aplicável, o Ministério da Educação e Ciência considera a autonomia como o poder reconhecido pela administração educativa à escola na tomada de decisões no domínio estratégico, pedagógico, administrativo, financeiro e organizacional, no quadro do seu projeto educativo e em função das competências e dos meios que lhe estão consignados.

O contrato de autonomia do AEIV reflete a intervenção estratégica sustentada nos seus documentos estruturantes e pretende revelar o Agrupamento como uma instituição escolar dinâmica e aberta

O AEIV revê-se na linha da função instrumental da autonomia. Assim, para que se efetue uma maior concretização do seu projeto educativo, um melhor desempenho no serviço público de educação e uma observância rigorosa de algumas deformações existentes, considera o seu contrato de autonomia um desafio estratégico para o seu futuro enquanto instituição.

Considera-se que as ações empreendidas pelas estruturas que constituem o AEIV se encontram manifestamente em cumprimento com o estipulado no contrato de autonomia assinado por esta instituição escolar e o ME. Disto sobressai o trabalho de articulação e sequencialidade das aprendizagens por ano e ciclo de escolaridade evidente ao nível do trabalho dos departamentos. Evidencia-se ainda a monitorização da aplicação dos critérios de avaliação e do cumprimento das metas curriculares através de um conjunto de esforços articulados de que são exemplo as reuniões periódicas realizadas, as relações de proximidade entre os docentes, o uso das tecnologias que agilizam o trabalho docente, a criação de instrumentos comuns de registo de avaliação e o debate (em reunião) do cumprimento das metas curriculares o qual visa sobretudo a discussão de estratégias/mecanismos que acautelem imprevistos/incumprimentos. O Contrato de Autonomia tem caminhado na senda de um agrupamento em linha de evolução positiva e aprendente dada uma atuação constante na construção, operacionalização e monitorização de planos de melhoria em diferentes vertentes, em particular no atinente ao comportamento e disciplina e ao sucesso académico.

7. INDISCIPLINA

No que diz respeito ao comportamento e indisciplina, dimensão prioritária do agrupamento, foram considerados os dados constantes no relatório de monitorização do plano da ação tutorial e, o impacto da aplicação das estratégias de intervenção na área disciplinar respeitante ao ano letivo 2014/15. Embora os dados obtidos (ano de 2012/2013, o n.º de participações - 350; ano de 2015/16, o n.º de participações - 199), apontem para um decréscimo de participações e implicitamente um decréscimo do número de casos de indisciplina, considera-se que esta continuará a ser uma dimensão preocupante deste agrupamento. Os comportamentos desajustados e indisciplina são os fatores mais apontados como negativos para uma aprendizagem de qualidade e para um bom ambiente na sala de aula. Os agentes educativos deverão enfatizar nos alunos, desde os primeiros anos de escola, comportamentos e atitudes adequadas à sala de aula, isto é, privilegiar o domínio das atitudes e valores, em que o ambiente de sala de aula possibilite o desenvolvimento de um trabalho de qualidade. Os pais/Encarregados de Educação, neste domínio, deverão ser também devidamente e atempadamente informados. Considerado um problema transversal, holístico e abrangente, o comportamento/indisciplina continuará a ser abordado numa lógica preventiva, por forma a impedir a indisciplina e a insegurança, justificando a manutenção e operacionalização do apoio prestado pelo Gabinete de mediação e convivência (GMC).

Tabela 9 – Evolução das participações disciplinares

2011/2012 (dados de 2012/2013)	2015/2016
Total participações – 350	Total participações – 199

Tabela 10 - Casos tratados pelo Gabinete de Mediação e Convivência

2011/2012 (Com início em 2012/2013)	2015/2016
22	3
	Abordagens no âmbito da convivência: Grupo turma – 3
	Sessões de Sensibilização: 59 (Mediação: 21; Conflito: 19, Bullying: 19)

8. RESULTADOS ESCOLARES

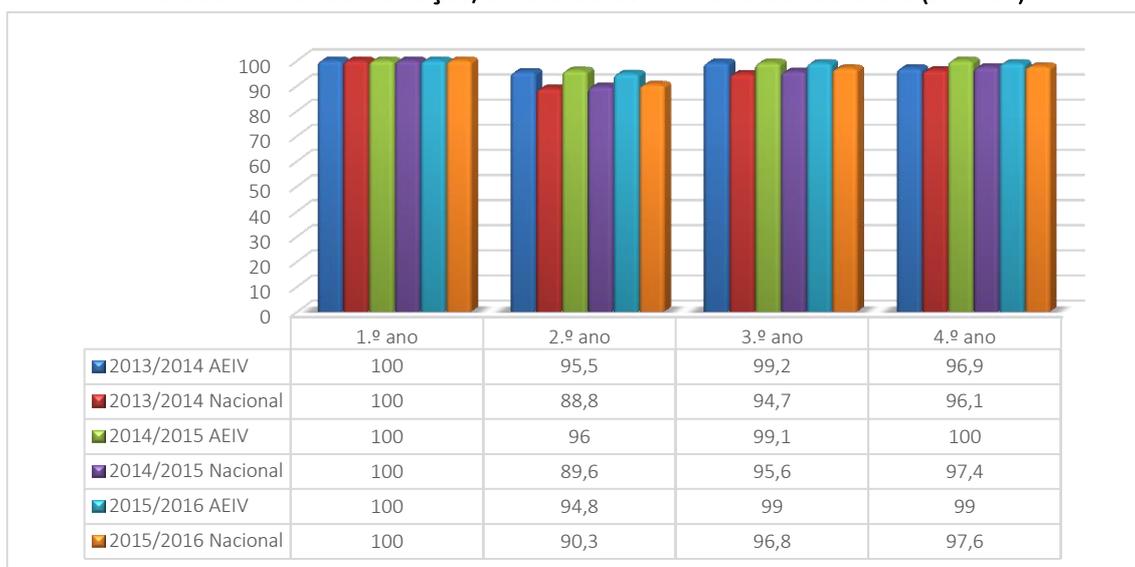
8.1. Insucesso escolar

As metas a concretizar no âmbito dos resultados escolares dependem muito do contexto interno e externo de toda a comunidade educativa e das competências culturais e sociais intrínsecas à mesma.

Face à cuidadosa análise dos resultados escolares que permitem revelar o sucesso e insucesso escolar pretende-se consolidar a qualidade do serviço prestado, na linha da concretização dos objetivos operacionais assumidos no Contrato de Autonomia, para atingir maior sucesso educativo em todas as suas dimensões.

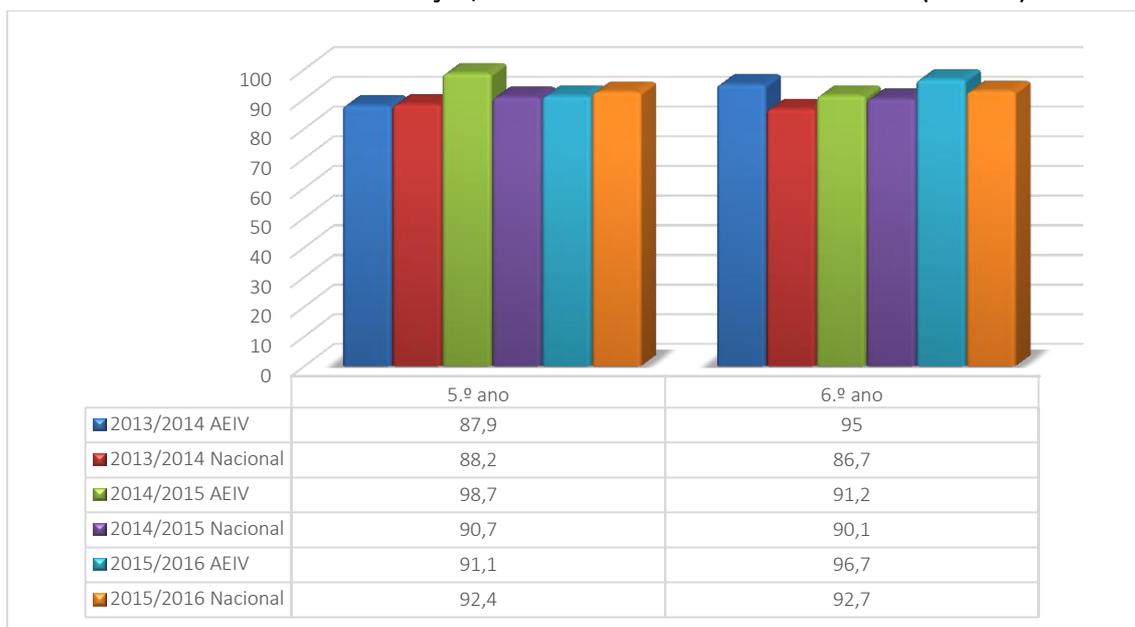
- I. Partindo da consciência da sua exequibilidade e do equilíbrio entre a realidade e a ambição definimos, para continuar a fazer melhor, as seguintes metas:
- II. Continuar com os elevados níveis das taxas de transição de ano e ciclo (1.º e 2.º).
- III. Aumentar as taxas de transição de ano e ciclo (3.º ciclo e ensino secundário) com sucesso pleno, tal como a evolução dos últimos anos tem revelado.
- IV. Melhorar os resultados académicos dos exames nacionais dos alunos do agrupamento quando comparados com os resultados nacionais.

Gráfico 2 - Taxas de transição/conclusão do AEIV e taxas nacionais (1.º CEB)



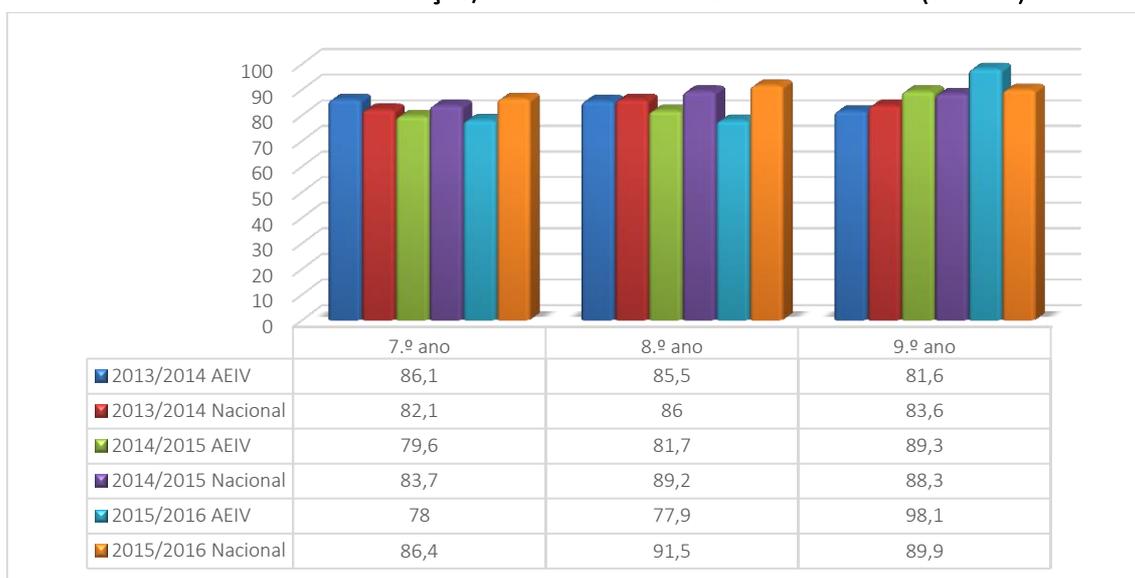
As taxas de transição/conclusão do AEIV, no 1º ciclo, ficaram sempre acima das taxas nacionais.

Gráfico 3 - Taxas de transição/conclusão do AEIV e taxas nacionais (2.º CEB)



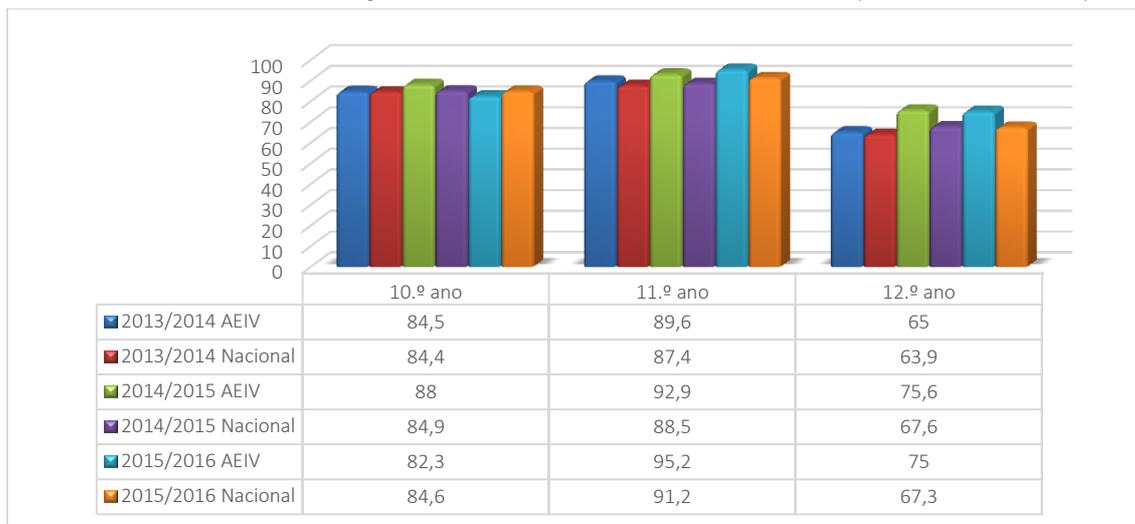
As taxas de transição/conclusão do AEIV, no 2.º ciclo, ficaram sempre acima das taxas nacionais, exceto no 5.º ano (2013/2014 e 2015/2016).

Gráfico 3 - Taxas de transição/conclusão do AEIV e taxas nacionais (3.º CEB)



As taxas de transição/conclusão do AEIV, no 3.º ciclo, têm verificado resultados ligeiramente abaixo das taxas nacionais, exceto no 7.º e 8.º ano (2013/2014).

Gráfico 4 - Taxas de transição/conclusão do AEIV e taxas nacionais (Ensino Secundário)



As taxas de transição/conclusão do AEIV, no ensino secundário, ficaram sempre acima das taxas nacionais, exceto no 10º ano (2015/2016)

8.2. Avaliações externas

A análise dos resultados estatísticos da avaliação interna coloca em relevo as dificuldades que se fazem sentir ao nível da busca de melhores índices de sucesso em disciplinas basilares. A melhoria dos resultados nestas disciplinas é um desígnio nacional, que se revela no facto de serem sujeitas a vários momentos de avaliação externa e a programas dirigidos de promoção de sucesso, na assunção que o mesmo terá também expressão noutras áreas do currículo.

A análise das tabelas 10 e 11, abaixo apresentadas, permitem-nos efetuar uma análise entre exames nacionais e os resultados nacionais.

Tabela 10 – Comparação das médias obtidas, nos 4.º, 6.º e 9.º anos, a Português e Matemática nas provas finais de ciclo e resultados nacionais entre os exames nacionais e os resultados nacionais

Exame	Média	2016	2015	2014	2013
Português - 1.º ciclo (41)	Prova Final Escola		66	68,3	46,9
	Prova Final Nacional		66	62,2	48,7
Matemática - 1.º ciclo (42)	Prova Final Escola		63	65,1	53,3
	Prova Final Nacional		60	56,1	56,9
Português - 2.º ciclo (61)	Prova Final Escola		55	58,9	50,6
	Prova Final Nacional		60	57,6	51
Matemática - 2.º ciclo (62)	Prova Final Escola		46	47,3	53,8

	Prova Final Nacional		51	47,3	49
Português - 3.º ciclo (91)	Prova Final Escola		60	59,8	44
	Prova Final Nacional	57	58	56	49
Matemática - 3.º ciclo (92)	Prova Final Escola		45	57	40,6
	Prova Final Nacional	47	48	53	44

Os resultados a Português e a Matemática, no 4.º, 6.º e 9.º anos, evidenciam valores claramente superiores em 2014 face a 2013.

Tabela 11 – Comparação das médias obtidas, nos 11.º e 12.º anos, entre os exames nacionais e os resultados nacionais

Exame	Média	2016	2015	2014	2013
Português (639)	CIF	130	128	141	143
	Exame Escola	91	77	102	86
	Exame Nacional	108	110	116	98
Matemática A (635)	CIF	154	132	131	137
	Exame Escola	141	115	84	98
	Exame Nacional	112	120	92	97
Biologia e Geologia (702)	CIF	140	141	153	146
	Exame Escola	96	92	100	83
	Exame Nacional	101	89	110	84
Física e Química A (715)	CIF	133	138	101	148
	Exame Escola	133	118	136	97
	Exame Nacional	111	99	92	81

Os resultados dos exames nacionais à disciplina de Português, ao longo dos anos em análise, situam-se abaixo da média nacional. Nas disciplinas de Matemática e Biologia e Geologia evidenciam uma variação irregular, embora com diferenças pouco significativas, salientando-se que, a Matemática no ano de 2016 os resultados da escola foram bastante superiores à média nacional. A Física e Química A os resultados revelam valores claramente superiores à média nacional de 2013 a 2016.

8.3. Abandono escolar

A Escola constitui um espaço inclusivo a partir do qual se podem detetar precocemente, prevenir e combater as situações de pobreza e de exclusão social. É neste contexto que indicadores como as taxas de abandono escolar e de analfabetismo constituem indicadores de referência sobre a educação formal, que constitui condição fundamental de partida para a inclusão social dos indivíduos.

Segundo os Censos de 2011, a taxa de abandono escolar (indivíduos entre os 10 e os 15 anos que não concluíram o 3º ciclo) é, no concelho de Vizela, inferior comparativamente com as taxas no Ave, Norte e Portugal, conforme o quadro seguinte explicita:

Tabela 11 – Taxas de abandono escolar (comparativo concelho de Vizela vs região do AVE vs Portugal)

Indicador	Vizela	AVE	Norte	Portugal
Abandono Escolar	1,19	1,3	1,45	1,58

Fonte: Censos 2011

Segundo a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vizela, é cada vez mais evidente que na população com menos de 15 anos o abandono tende a desaparecer, o mesmo já não acontecendo quando é ultrapassada a idade de frequência escolar obrigatória.

Tabela 12 – Taxas de abandono escolar no último triénio

Ano letivo	Ensino Básico	Ensino Secundário
2014/2015	0,32%	1,35%
2015/2016	0,60%	2,35%

A análise da tabela 11 vem revelar, ao nível do agrupamento, uma taxa de abandono global no ensino secundário bem mais expressiva relativamente à do Ensino Básico.

No que concerne ao ensino secundário, as taxas de abandono são bem mais elevadas, principalmente ao nível do 10.º ano de escolaridade.

O AEIV tem implementado estratégias com vista a motivar e desenvolver o interesse dos jovens pela educação e pela formação, a saber: presença de uma forte componente extracurricular (clubes, ateliês, teatro, projetos, etc.) com vista a envolver os alunos, a motivá-los e a cativar os seus interesses; os Serviços de Psicologia e Orientação têm tido também um papel importante de orientação e ajuda aos alunos. As escolhas conscientes do percurso escolar dos alunos têm sido preparadas com um conjunto de ações nas quais se integram o “Dia da Orientação Vocacional e Profissional” com a realização de uma Feira de divulgação de Cursos e saídas profissionais e o seminário “Encontros com Profissionais”.

9. ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

As atividades de complemento do currículo permitem a aquisição de um leque alargado de competências e saberes, tendo em vista a formação integral dos alunos. No agrupamento destacam-se as seguintes ofertas:

Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo – visam o desenvolvimento integral do aluno, através da articulação de saberes teóricos com a sua aplicação prática, de natureza eminentemente lúdica e cultural, com recurso à prática desportiva, artística, científica e tecnológica, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação. Estas atividades contemplam áreas tão diversas como o Desporto, a Música, as Ciências Experimentais e as Atividades Lúdicas.

Clubes e outros projetos – têm sido implementados uma série de projetos/clubes, abrangendo áreas tão diversas como o Ensino Experimental das Ciências, o gosto pela Matemática, a Expressão Corporal, a Educação para a Promoção da Saúde, a Educação Ambiental, a Educação para a Cidadania, o conhecimento de outras culturas, contribuindo para o desenvolvimento de competências essenciais para a vivência integral da cidadania, para fomentar a integração, o gosto e a identificação com a escola (e, como tal, são uma mais-valia e dinâmica que importa manter), a saber:

- 🚩 Projeto da Educação para a Saúde”;
- 🚩 Oficina de Física e Química – “Cientistas em Ação”;
- 🚩 Projeto “Gostamos de livros”;
- 🚩 Projeto de orientação vocacional;
- 🚩 Projeto “Um dia no 1.º ciclo”;
- 🚩 Projeto “Um dia no 5.º ano”;
- 🚩 Projeto “Matraquilhos”;
- 🚩 Projeto “Reviver Tradições”;
- 🚩 Projeto “Jornal Pau de Giz”;
- 🚩 Projeto “Comunicação institucional”;
- 🚩 Projeto de Educação Sexual e Promoção da Saúde Escolar;
- 🚩 Projeto Literatus;
- 🚩 Projetos de Educação parental.

Desporto Escolar – proporciona atividades de enriquecimento curricular no interior da comunidade escolar, bem como a interatividade com o meio circundante, procurando promover a prática da atividade física de forma orientada, sistemática e planeada, em ambiente educativo, sob a orientação de professores. Ao permitir a participação dos alunos num quadro competitivo de forma regular, cria oportunidades para estes acederem aos valores educativos do Desporto e a uma ética desportiva assente na justiça e imparcialidade, sendo, sob o ponto de vista psicológico, um desafio voluntário às próprias capacidades.

Deste modo, ao propiciar a todos os alunos da escola atividades desportivas em modalidades diversas de carácter lúdico/recreativo, contribui para o desenvolvimento do seu “Ser” na dimensão biológica, fisiológica, psicológica e sociológica, exortando ao sucesso

educativo enquanto processo de mudança e valorizando princípios de igualdade, aceitação, partilha, iniciativa, confiança e de direito ao erro.

10. FORMAÇÃO – ÁREAS PRIORITÁRIAS

No campo de ação do plano de formação do Agrupamento de Escolas de Infias, Vizela as grandes linhas que o integram centram-se nos seguintes eixos: ações de formação para pessoal docente e não docente; formação estrategicamente dirigida a pais/encarregados de educação (responsabilização no processo de cooperação e participação com a escola, na condução do sucesso escolar dos seus educandos); e a alunos - em áreas de relevância que edifiquem uma mais-valia - não só no que diz respeito à motivação para as aprendizagens e aplicação de regras do saber estar e de convivência, mas também no que toca ao alargamento das atividades de motivação para o trabalho escolar.

Assim, para a melhoria da qualidade da ação educativa que o agrupamento desenvolve, mostra-se essencial a realização de formação nas seguintes áreas:

Pessoal docente

-  A promoção do sucesso escolar;
-  O currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens;
-  Educação inclusiva;
-  Tecnologias da Informação e Comunicação;
-  Análise do percurso escolar;
-  Coaching para a orientação de conflitos;
-  Domínio da liderança no contexto da Direção de Turma;
-  Educação para a cidadania;
-  Promoção do Sucesso Educativo;
-  Prevenir e sinalizar: realidades e desafios na proteção de crianças e jovens em risco;
-  Formação Presse;
-  Primeiros socorros;
-  Suporte Básico de Vida;
-  Educação Parental;
-  Jornadas Pedagógicas: com temáticas contributivas para a promoção do sucesso escolar e educativo;
-  Articulação curricular na matemática do 1.º ao 12.º ano;
-  Programas de matemática do ensino secundário;
-  Atividades laboratoriais de Física, Biologia e Geologia – 11º ano;
-  Os SIG na sala de aula;
-  O Apoio Tutorial - Tutorias autorregulatórias;
-  Trabalhar as inferências na disciplina de português;
-  Leitura e escrita criativa: práticas inovadoras;
-  A expressão plástica no processo de ensino/aprendizagem;
-  A expressão plástica no jardim de Infância;
-  Abordagem ao ensino da ginástica- treino funcional;
-  Iniciação à Língua gestual;
-  Matemática – frações, números e operações;
-  A matemática no jardim de Infância;

-  Projeto Hypatiamat;
-  Laboratório dos Sentidos (a Matemática e a aplicação das TIC) – Centro de competências entre Mar e Serra – Leiria;
-  Projeto Fénix.

Pessoal não docente

-  Tecnologias da Informação e Comunicação;
-  Organização de laboratórios escolares/espacos oficinais;
-  Relações Interpessoais e Gestão de Conflitos;
-  Higiene, saúde e segurança no trabalho;
-  Educação inclusiva;
-  Lidar com a indisciplina e violência – Programas de resolução de conflitos na escola;
-  Primeiros socorros;
-  Suporte Básico de Vida;
-  Organização e trabalho na Biblioteca Escolar, reprografia e serviços administrativos;
-  Prevenção/Proteção de crianças em risco.

Alunos

-  Relações interpessoais, mediação e gestão de conflitos;
-  Eu sei estar. E tu?;
-  Sucesso Escolar;
-  Suporte Básico de Vida;
-  Métodos contracetivos.

Pais/Encarregados de Educação

-  Parentalidade Positiva;
-  Escola, família e comunidade: que relação?;
-  Eu sei estar. E tu?;
-  Sistema de proteção de crianças e jovens em risco: como prevenir?.

*Para ser grande, sê inteiro: nada teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és no mínimo que fazes.*

Ricardo Reis

PRINCÍPIOS, METAS E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

1. PRINCÍPIOS ORIENTADORES

O PEA é um dos vetores cruciais da missão de serviço público que compete às escolas – permite o desempenho dessa missão com qualidade, equidade, eficácia e eficiência.

O PEA, encarnando os princípios supracitados, tem como missão primordial desenvolver nos cidadãos as competências necessárias ao sucesso profissional e pessoal, com vista à inclusão numa sociedade dinâmica, global e em constante mutação.

Para tal, o Agrupamento pretende:

-  Responder aos diferentes interesses de formação da comunidade educativa;
-  Implementar uma cultura de inclusão;
-  Preparar os jovens para a inserção na vida ativa, seja através do prosseguimento de estudos, seja através do ingresso no mercado de trabalho;
-  Formar jovens conscientes dos seus deveres de cidadania em todas as suas dimensões;
-  Valorizar o desenvolvimento dos profissionais que nele trabalham;
-  aplicar políticas de autorregulação e de qualidade dos serviços prestados nos contextos humano e físico;
-  Promover a equidade e o sucesso educativo, garantindo a todos os alunos o acesso a uma cultura científica e artística de base humanista;
-  Promover a utilização das novas tecnologias;
-  Responder à heterogeneidade dos alunos identificando barreiras e potencialidades à aprendizagem, de forma a proporcionar múltiplos meios de representação, múltiplos meios de ação e de expressão e múltiplos meios de envolvimento;
-  Promover o gosto pela busca autónoma de conhecimento;
-  Valorizar a solidariedade entre todos os membros da comunidade educativa.

2. PROBLEMAS IDENTIFICADOS, METAS E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

A prossecução das metas delineadas neste Projeto será norteadada por **princípios éticos** que consideramos essenciais na sociedade atual: *Democracia, Transparência, Competência, Justiça, Solidariedade, Criatividade, Liberdade e Equidade*.

O diagnóstico resultante da recolha e análise de diferentes tipos de dados (estatísticas dos resultados escolares, inquéritos, relatórios diversos, etc.) acerca da realidade do Agrupamento, permite-nos identificar problemas e definir metas e consequentes estratégias de atuação quanto ao rumo das ações futuras. A prossecução destas metas passará pela mobilização das mais-valias que possuímos que assentam sobretudo na dinâmica e espírito de missão dos recursos humanos que possuímos, docentes e não docentes, sob a alçada de uma gestão capaz de um exercício de liderança democrática e preocupada em atender a todos os problemas que lhe vão sendo colocados no quotidiano.

As prioridades de intervenção foram então divididas em dois grandes domínios, sendo estes os grandes desígnios que pretendemos alcançar no próximo triénio:

Domínio A - Desenvolvimento de uma ação educativa de qualidade

Subdomínio A1 – Promoção do Sucesso Educativo: Científico, Pedagógico e Relacional

Domínio B – Organizacional, Recursos e Equipamentos

Subdomínio B1 – Organização e Gestão Escolar

Subdomínio B2 – qualidade e segurança

Domínio A - Desenvolvimento de uma ação educativa de qualidade

Subdomínio A1 – Promoção do Sucesso Educativo: Científico, Pedagógico e Relacional

Objetivos

- ☑ Maximizar o potencial individual de cada aluno;
- ☑ Fomentar uma cultura de qualidade, responsabilidade e rigor;
- ☑ Promover a melhoria das aprendizagens e dos resultados, garantindo a equidade e igualdade de oportunidades de acesso e de sucesso educativo e escolar;
- ☑ Combater o absentismo e o abandono escolar;
- ☑ Promover e incentivar a implementação de percursos educativos diversificados;
- ☑ Formar cidadãos ativos e responsáveis;
- ☑ Promover a adoção de hábitos de vida saudáveis;
- ☑ Aprofundar as relações entre a escola e a comunidade;

Problemas/necessidades identificados

- ☑ Redução das taxas de retenção em final de ciclo;
- ☑ Resultados pouco satisfatórios da avaliação interna das diferentes áreas curriculares;
- ☑ Resultados pouco consistentes nos exames nacionais de português e matemática;
- ☑ Redução do absentismo escolar;
- ☑ Consolidar a articulação curricular horizontal e vertical;

- ☞ Pouco envolvimento da comunidade educativa na promoção da saúde individual e comunitária;
- ☞ Adoção de comportamentos em contexto de sala de aula que põem em causa o normal desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem;
- ☞ Manifestação de comportamentos reveladores de baixas expectativas quanto à importância da Escola;
- ☞ Criar canais de comunicação mais eficazes com pais e os encarregados de educação e a comunidade;
- ☞ Falta de responsabilização dos pais e encarregados de educação no que respeita ao comportamento, atitudes dos seus educandos e acompanhamento dos seus educandos;
- ☞ Investir e refletir sobre os fatores internos de insucesso na Português do Ensino Secundário de modo a terem impacto na sala de aula;
- ☞ Necessidade de levar as Ciências Experimentais para dentro da sala de aula;
- ☞ Implementar testes intermédios (trocar/cruzar) em todas as disciplinas/docentes;
- ☞ Generalizar a articulação curricular vertical e horizontal entre todos os ciclos.

Metas

- ☞ Em todas as áreas curriculares, diminuir anualmente em 10% a taxa média de insucesso, tendo como valor de referência a média dos quatro anos anteriores;
- ☞ Diminuir a taxa de abandono escolar tendendo para 0%.
- ☞ Melhorar os resultados dos exames nacionais, colocando-os ao nível dos resultados médios a nível nacional;
- ☞ Melhorar os resultados dos exames nacionais do Ensino Secundário, colocando-os ao nível dos resultados médios a nível nacional;
- ☞ Implementar medidas e estratégias de coordenação e articulação curricular quer a nível horizontal quer a nível vertical;
- ☞ Garantir uma escola inclusiva, onde todos aprendem com todos, valorizando os diferentes perfis de aprendizagens dos alunos, as suas necessidades de aprendizagens específicas, *background* educacional e cultural, preferências e motivações, necessidades e expectativas.

Estratégias de atuação

- ☞ Encaminhar para a EMAEI o processo de identificação da necessidade de medidas de suporte de aprendizagem e à inclusão, quando esgotadas as medidas universais, o mais precocemente possível;
- ☞ Construir planos de trabalho de turma flexíveis e ajustados à realidade da turma;
- ☞ Promover momentos de reconhecimento público do mérito e de excelência, com atribuição de diplomas e outros prémios, incluindo os de obtenção de resultados que justificam a inclusão no Quadro de Excelência;
- ☞ Dinamizar clubes e projetos variados que vão ao encontro aos interesses dos alunos;
- ☞ Colocar os recursos humanos e materiais da sala de apoio ao estudo ao serviço da melhoria das aprendizagens dos alunos;
- ☞ Utilizar os recursos da BE/CRE na promoção de atividades que visem desenvolver competências ao nível da leitura e das literacias;
- ☞ Participar no Plano Nacional de Leitura e em todas as iniciativas/projetos locais e nacionais que visem melhorar o desempenho escolar dos alunos;

- ☞ Desenvolver ações de orientação vocacional que permitam consciencializar os alunos das suas escolhas quanto ao seu percurso escolar;
- ☞ Diversificar a oferta formativa, inquirindo os alunos acerca dos seus interesses no processo prévio à decisão dessa mesma oferta;
- ☞ Transformar a escola num espaço atrativo, de liberdade, de harmonia e de bem-estar para toda a comunidade educativa;
- ☞ Promover o trabalho cooperativo entre os docentes;
- ☞ Utilizar as novas tecnologias de informação para potenciar o trabalho colaborativo à distância;
- ☞ Promover Domínios de Autonomia Curricular (DAC), como uma opção curricular de trabalho interdisciplinar e ou articulação curricular, cuja planificação deve identificar as disciplinas envolvidas e a forma de organização;
- ☞ Calendarizar reuniões periódicas de articulação entre docentes dos diferentes ciclos de ensino;
- ☞ Potencializar o CAA enquanto espaço dinâmico, plural e agregador dos recursos materiais e humanos, mobilizando para a inclusão os saberes e as competências existentes na escola;
- ☞ Promover a participação ativa dos alunos como resultado do acesso a oportunidades adequadas em condições otimizadas;
- ☞ Efetuar reuniões periódicas com todos os intervenientes no processo de educação/integração destes alunos;
- ☞ Generalizar o projeto “Educação sexual e saúde escolar”;
- ☞ Definir, no âmbito de cada Conselho de Turma, estratégias de atuação comuns que devem ser escrupulosamente cumpridas por todos os docentes;
- ☞ Detetar, de forma precoce, eventuais situações problemáticas e encaminhá-las para acompanhamento pelo serviço de psicologia e/ou gabinete de mediação e convivência;
- ☞ Utilizar o programa de tutorias para enquadramento e apoio a alunos em situação de risco;
- ☞ Desenvolver projetos de educação para a cidadania;
- ☞ Promover uma estreita articulação com os parceiros institucionais (Escola Segura, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, etc.);
- ☞ Sensibilizar as entidades competentes para colocação de técnicos especializados no agrupamento;
- ☞ Desenvolver o projeto “Um dia no 5.º ano”, destinado a alunos do 4.º ano do agrupamento, na escola sede.

Domínio B – Organizacional, Recursos e Equipamentos

Objetivos

- ☞ Fomentar uma organização e gestão escolar de qualidade
- ☞ Fortalecer a cultura de trabalho colaborativo na realização das tarefas profissionais e escolares
- ☞ Promover uma gestão descentralizada, participada e flexível.

- ☞ Fomentar uma cultura de avaliação permanente
- ☞ Fomentar a melhoria da qualidade nos edifícios e equipamentos
- ☞ Aprofundar a cultura de segurança no agrupamento.

Subdomínio B1 – Organização e Gestão Escolar

Problemas/necessidades identificados

- ☞ Melhorar a cooperação entre as diferentes estruturas educativas;
- ☞ Aumentar a eficiência e eficácia dos serviços;
- ☞ Melhorar a articulação entre as diferentes estruturas/órgãos da organização escolar;
- ☞ Intensificar o trabalho colaborativo entre os docentes;
- ☞ Promover a imagem do agrupamento no exterior;
- ☞ Reforçar a cultura de autoavaliação ao nível das diversas estruturas de gestão pedagógica;
- ☞ Realizar avaliações periódicas e anuais de forma para permitir a implementação de planos de melhoria;
- ☞ Promover o envolvimento dos pais, encarregados de educação e outros elementos da comunidade, no processo educativo;
- ☞ Promover o envolvimento dos pais, encarregados de educação e outros elementos da comunidade, no processo de elaboração/reformulação/avaliação dos documentos estruturantes do agrupamento;
- ☞ Avaliar o projeto educativo no Conselho Geral em articulação com a equipa de autoavaliação;
- ☞ Refletir sobre os impactos da autoavaliação nas práticas pedagógicas;
- ☞ Aumentar as reuniões da diretora com os delegados e subdelegados ao longo do ano;
- ☞ Acompanhar o percurso dos alunos (pós saída do agrupamento).
- ☞ Aumentar a formação nas áreas da avaliação formativa e avaliação sumativa;

Metas

- ☞ Atingir um elevado nível de rigor na avaliação escolar;
- ☞ Avaliar o impacto do trabalho desenvolvido pelo Agrupamento na comunidade;
- ☞ Envolver da comunidade educativa na avaliação das atividades desenvolvidas;
- ☞ Melhorar a articulação do trabalho entre os docentes;
- ☞ Reforçar a partilha de práticas e materiais pedagógicos;
- ☞ Aumentar o grau de participação nas tomadas de decisão;
- ☞ Atingir níveis elevados de satisfação com a prestação de serviços;
- ☞ Atingir níveis elevados de satisfação em relação às Condições de trabalho;
- ☞ Aprofundar a articulação entre os diferentes documentos estratégicos do Agrupamento (PE, PAA, RI);
- ☞ Atingir uma taxa elevada do conhecimento/divulgação dos documentos estratégicos do agrupamento na comunidade;
- ☞ Melhorar os mecanismos de autoavaliação.

Estratégias de atuação

- ☞ Divulgar as atividades do agrupamento nos meios locais de comunicação social;

- ✚ Utilizar o jornal escolar “Pau de Giz”, página *web* e a página no *facebook* para dar a conhecer à comunidade a dinâmica do agrupamento;
- ✚ Orientar os alunos no sentido de desenvolver trabalhos de projeto que incluam a participação dos pais e encarregados de educação;
- ✚ Estimular a participação em todos os projetos da iniciativa dos parceiros locais que estejam em convergência com o PEA;
- ✚ Dinamizar atividades que potenciem o contacto da comunidade escolar com o meio físico e social envolvente;
- ✚ Elaboração de planos de formação para o pessoal docente e não docente, de acordo com as necessidades do agrupamento em articulação com o Plano de Formação do Centro de formação Martins Sarmiento;
- ✚ Organização e realização de ações de formação, de curta duração, centradas nas escolas do agrupamento e, dentro do possível, potenciando o recurso a formadores internos;
- ✚ Implementação de práticas, após discussão da sua possível eficácia, com os intervenientes, de forma a melhorar a qualidade dos serviços;
- ✚ Desenvolver uma cultura de participação de toda a comunidade escolar que leve à construção e apropriação dos documentos estruturantes baseado num trabalho colaborativo e de ética profissional.

Subdomínio B2 – qualidade e segurança

Problemas/necessidades identificados

- ✚ Desenvolver normas de conduta cívica nomeadamente ao nível do respeito pelas opiniões e direitos dos outros;
- ✚ Melhorar o estado de conservação dos edifícios escolares;
- ✚ Aumentar a qualidade da prestação dos serviços escolares;
- ✚ Dotar os quadros do agrupamento com um lugar de técnico de psicologia;
- ✚ Continuar a desenvolver práticas de autoavaliação e regulação da qualidade da ação educativa exercida pelo agrupamento.

Metas

- ✚ Atingir valores elevados de conservação dos edifícios e espaços escolares;
- ✚ Melhorar as condições físicas e de trabalho para toda a comunidade escolar;
- ✚ Aperfeiçoar o funcionamento dos serviços prestados, a nível do Agrupamento;
- ✚ Disciplinar comportamentos dos alunos nos diversos espaços da escola;
- ✚ Diminuir o número de participações disciplinares bem como a gravidade das mesmas;
- ✚ Diminuir o número de situações de reincidência;
- ✚ Realizar uma monitorização contínua de dados suscetíveis de avaliar a qualidade do serviço educativo prestado pelo agrupamento.

Estratégias de atuação

- ✚ Atingir elevado grau de eficácia das estruturas educativas;
- ✚ Aumentar os níveis de reconhecimento do agrupamento no exterior como uma instituição educativa de referência. Atingir um elevado nível de rigor na avaliação escolar, conducente à tomada de decisões mais adequadas;
- ✚ Avaliação do impacto do trabalho desenvolvido pelo Agrupamento na comunidade;

- ☞ Envolvimento da comunidade educativa na avaliação das atividades desenvolvidas;
- ☞ Alterar práticas contrárias à preservação do meio ambiente e gestão sustentável dos recursos naturais;
- ☞ Promover um ambiente saudável e estimulante para todos os membros da comunidade educativa, proporcionando um desenvolvimento equilibrado nas várias vertentes da saúde (física, mental e social);
- ☞ Dinamizar atividades direcionadas para a promoção da saúde individual e comunitária.
- ☞ Desenvolver projetos no âmbito da educação ambiental;
- ☞ Privilegiar projetos e práticas que impliquem a implementação da preservação do meio ambiente e de gestão sustentável dos recursos no agrupamento;
- ☞ Informar permanentemente os encarregados de educação acerca das situações de incumprimento dos seus educandos, responsabilizando-os pelas mesmas;
- ☞ Dar continuidade à consecução do projeto Tutoria entre iguais - “Ter um padrinho é fixe!”;
- ☞ Promover formação no âmbito das relações interpessoais e gestão de conflitos;
- ☞ Aplicar com eficácia e rapidez as medidas corretivas e sancionatórias necessárias.
- ☞ Agilizar uma maior intervenção dos agentes educativos (docentes e não docentes) na correção de comportamentos e atitudes dos alunos, nomeadamente os que ocorrem nos espaços comuns interiores e exteriores (corredores, recreios, etc.);
- ☞ Fomentar reuniões periódicas com os alunos, através dos delegados de turma, para promover um maior envolvimento dos mesmos na construção da disciplina e na divulgação do RI e o PEA;
- ☞ Dar continuidade à dinamização de apoios aos alunos, família e restante comunidade (SPO, Gabinete de convivência e mediação de conflitos...);
- ☞ Promover ações de sensibilização e formação para pais e encarregados de educação;
- ☞ Continuar a promover reuniões periódicas com as associações de pais e encarregados de educação no sentido de potenciar o seu contributo para a implicação destes no processo educativo.

3. CRITÉRIOS DE CONSTITUIÇÃO E DE ELABORAÇÃO DE HORÁRIOS DAS TURMAS

Para promoção do sucesso educativo dos alunos e para as saudáveis condições de trabalho dos docentes, na constituição de turmas e na elaboração dos respetivos horários estabelecem-se critérios de natureza pedagógica, anualmente definidos em sede de conselho pedagógico e em respeito pelos normativos legais.

Educação Pré-escolar

- ✚ O grupo deve ser construído por crianças em diferentes etapas de desenvolvimento e com diversos saberes;
- ✚ A constituição do grupo deve ter em conta o previsto no RTP do aluno, caso este se encontre ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho;
- ✚ As solicitações formuladas pelos encarregados de educação são consideradas sempre que possível, desde que devidamente fundamentadas e apresentadas nos prazos legais;
- ✚ A constituição do grupo deve ser preservada, na transição de ano letivo.

Ensino Básico e Ensino Secundário

- ✚ A constituição da turma deve manter-se na transição de ano letivo;
- ✚ Na constituição da turma, devem ser consideradas as orientações sobre casos particulares de alunos, emanadas do conselho de turma do ano transato;
- ✚ Os alunos retidos integram equitativamente turmas diferentes;
- ✚ As solicitações formuladas pelos encarregados de educação são consideradas sempre que possível, desde que devidamente fundamentadas e apresentadas nos prazos legais;
- ✚ A transferência de turma do aluno pode ser requerida, pelo encarregado de educação, por escrito e fundamentada, nos prazos da legislação em vigor e desta cabe à Diretora dar deferimento, ou não, considerando razões de caráter pedagógico e/ou administrativo;
- ✚ No 10.º ano, na constituição da turma, dentro do mesmo curso, deve ser observada a homogeneidade da mesma no que refere às línguas estrangeiras e às disciplinas de opção, por forma a evitar desdobramentos e junções de turmas;
- ✚ Os alunos provenientes de países estrangeiros, que revelem especiais dificuldades ao nível da língua portuguesa, devem, quando possível, ser integrados na própria turma a fim de simplificar a prestação do apoio pedagógico previsto;
- ✚ Compete à Diretora, por proposta do conselho de turma ou por razões pedagógicas e/ou administrativas que se prendam com a promoção do sucesso educativo ou insuficiência de número de alunos em algumas opções curriculares, propor junto da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares que determinada turma funcione com um número de alunos inferior ou superior ao previsto na lei.

Sem prejuízo dos normativos legais, aquando da elaboração dos horários das turmas e dos docentes, são tidas em conta as seguintes orientações:

- ✚ Respeitar a continuidade do professor na turma, desde que não haja motivos que sugiram a sua substituição;
- ✚ Considerar, na distribuição de serviço, a adequação do perfil do docente às necessidades da turma;
- ✚ Atender à não atribuição de turmas, com disciplinas sujeitas a exame final, a docentes para os quais haja previsibilidade de ausência prolongada;

- ✚ Considerar uma distribuição equilibrada de níveis, pelos distintos docentes do grupo disciplinar/disciplina, sendo de evitar a atribuição de mais de três níveis a cada professor;
- ✚ Evitar a lecionação das disciplinas de línguas estrangeiras em tempos consecutivos bem como a lecionação da mesma disciplina em dias seguidos;
- ✚ Respeitar um intervalo de pelo menos uma hora desde o horário de almoço da turma e o início das aulas de educação física;
- ✚ Dar preferência às disciplinas de cariz teórico, no turno da manhã;
- ✚ Atribuir, no horário letivo da turma, uma carga horária diária não superior a oito tempos letivos;
- ✚ Acautelar, no horário letivo da turma, a existência de tempos livres no desenvolvimento da distribuição dos tempos letivos;
- ✚ Contemplar, no horário do docente, um período para almoço de uma hora;
- ✚ Ajustar, sempre que possível, o horário de funcionamento dos clubes e da sala de apoio ao estudo aos tempos livres dos alunos, por forma a promover a sua frequência;
- ✚ A responsabilidade da elaboração dos horários e conseqüente distribuição de serviço é da competência da Diretora.

Enfim, a avaliação é uma operação que estimula os atores educativos a refletirem sobre a realidade que lhes diz respeito, interpelando-a, interpretando-a e negociando entre si quer os processos, quer os produtos da interpelação e da interpretação que esses atores vão produzindo no decurso do processo de avaliação.⁶

Ariana Cosme e Rui Trindade

⁶ “Avaliar as escolas: para quê e porquê?”, in Revista *ELO*, n.º 17, p.38

AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO

1. AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

No âmbito do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril (alínea c), número 1, do artigo 13º), com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, compete ao Conselho Geral “Aprovar o projeto educativo e acompanhar e avaliar a sua execução.” A avaliação deste documento estruturante tem como objetivo analisar o grau da sua implementação e refletir sobre os efeitos da sua aplicação nas práticas globais da escola. Atendendo à importância reconhecida à autoavaliação para qualquer instituição que caminhe em busca de uma melhoria efetiva, deve ser uma prática sistemática e plenamente participada por todos os agentes educativos.

Este trabalho de avaliação do PEA deverá ser executado por uma equipa de avaliação que criará os instrumentos mais adequados para o efeito e acompanhará a sua implementação. A avaliação deverá fornecer dados e pistas que permitam intervir na ação e que possam corrigir e/ou melhorar a:

Coerência (relação entre o projeto, problemas, prioridades, objetivos, ações e resultados);

Eficácia (relação entre as ações e os resultados);

Eficiência (no desenvolvimento do projeto, gestão e administração dos recursos e meios).

1.1. Formas e Momentos de Avaliação

1.1.1. Contínua

A ser desenvolvida ao longo do tempo de implementação do PEA de modo a permitir eventuais reformulações. Implica a existência de mecanismos/instrumentos de autorregulação e melhoria.

1.1.2. Periódica

Constituindo um complemento da avaliação contínua, ocorrerá preferencialmente no final de cada ano letivo, de modo a:

- Detetar obstáculos à concretização do PEA e formas de os superar;
- Verificar em que medida as estratégias adotadas concretizam os objetivos do PEA;
- Efetuar um balanço do grau de consecução do PEA, determinando os objetivos atingidos e ainda a atingir;
- Efetuar eventuais alterações para o ano letivo seguinte.

1.1.3. Final

No término da vigência do PEA, a avaliação final incluirá, para além de uma reflexão, um conjunto de instrumentos a aplicar a todos os intervenientes da comunidade educativa, com o intuito de avaliar o grau de consecução das finalidades e objetivos do mesmo, a identificação das finalidades e problemas a considerar no PEA seguinte, sugestões para a consecução dessas finalidades e a resolução desses problemas. Por fim, o Conselho Geral, na posse de todos estes dados, ultimarà o processo de avaliação que será expresso num relatório de avaliação final a apresentar a toda a comunidade escolar.

1.2. Monitorização

O acompanhamento da consecução do PEA deve ser feito tendo em conta os contributos das equipas de avaliação do agrupamento, observando:

- ☒ A aferição do grau de consecução das linhas de ação definidas no PEA;
- ☒ A articulação do PEA com o Plano Anual de Atividades, clubes e projetos;
- ☒ A atualidade das prioridades estabelecidas no PEA.

1.3. Intervenientes

- ☒ Equipa de autoavaliação do agrupamento;
- ☒ Conselho Geral;
- ☒ Conselho Pedagógico;
- ☒ Diretora;
- ☒ Diferentes órgãos e estruturas representativas de toda a comunidade educativa;
- ☒ Dinamizadores das atividades;
- ☒ Inquiridos (alunos, pessoal docente, pessoal não docente, pais/encarregados de educação, etc.)

1.4. Metodologia/critérios de avaliação

- ☒ Monitorização sistemática dos dados estatísticos relativos aos resultados educativos dos alunos;
- ☒ Apreciação dos relatórios de reflexão crítica elaborados pelos serviços e estruturas de orientação educativa, no final de cada ano letivo;
- ☒ Apreciação dos relatórios elaborados pela equipa de autoavaliação do agrupamento;
- ☒ Realização de relatórios/avaliação no final da realização de cada atividade constante do PAA;
- ☒ Apreciação dos relatórios periódicos e final do cumprimento do PAA, apresentados em sede de Conselho Geral;
- ☒ Aplicação pontual de inquéritos/questionários aos diferentes elementos da comunidade educativa;
- ☒ Divulgação, a todos os elementos da comunidade educativa, da informação recolhida neste processo de avaliação, tornando-os parte ativa na consolidação e melhoria dos pontos fortes do Agrupamento, na definição e implementação de ações de melhoria para superação e/ou diminuição das dificuldades, na identificação de oportunidades/constrangimentos passíveis de interferir com o cumprimento dos objetivos definidos;
- ☒ Recomendações emanadas pelos órgãos da tutela do Ministério da Educação, designadamente a Inspeção Geral da Educação e Ciência.

NOTA CONCLUSIVA

O presente Projeto Educativo vigorará no período entre 2017-2020 e será alvo de revisão sempre que, na procura de uma melhoria contínua, se considere necessário proceder à sua reformulação.